

# 2015 EM DEBATE

## OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,  
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 7 - N. 04  
Setembro de 2015  
ISSN: 2176 - 4883



### DOSSIÊ

Mudanças na ordem política  
mundial

Javier Urrea Cuéllar

Héctor Briceño

Carlos Frederico

Déborah Silva do Monte

Fabiano Mielniczuk e Larlecianne Piccolli

### OPINIÃO

Gláucio Soares e  
Bárbara de Sá

### RESENHA

Éder Rodrigo  
Gimenes



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa  
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral  
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627  
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

**GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA, MARKETING  
POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL**

## Em Debate

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

### Missão

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

#### Coordenação:

Helcimara de Souza Telles – UFMG

#### Conselho Editorial

Antônio Lavareda – IPESPE  
Aquilles Magide – UFPE  
Arthur Leandro – Estácio de Sá  
Bruno Dallari – UFPR  
Cloves Luiz Pereira Oliveira – UFBA  
Denise Paiva Ferreira – UFG  
Érica Anita Baptista – UFMG  
Gabriela Tarouco - UFPE  
Gustavo Venturi Júnior – USP  
Helcimara de Souza Telles – UFMG  
Heloisa Dias Bezerra – UFG  
Julian Borba – UFSC  
Letícia Ruiz – Universidad de Salamanca  
Luciana Fernandes Veiga – UFPR

#### Jornalista Responsável

Érica Anita Baptista

#### Equipe Técnica:

Arthur Rimoldi

#### Parceria

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas – IPESPE  
Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ  
Luiz Cláudio Lourenço – UFBA  
Malco Braga Camargos– PUC-MINAS  
Mathieu Turgeon – UnB  
Rubens de Toledo Júnior – UFBA  
Paulo Victor Melo - UFMG  
Pedro Floriano Ribeiro - UFSCar  
Pedro Santos Mundim – UFG  
Silvana Krause – UFRGS

Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ  
Luiz Cláudio Lourenço – UFBA  
Malco Braga Camargos– PUC-MINAS  
Mathieu Turgeon – UnB  
Rubens de Toledo Júnior – UFBA  
Paulo Victor Melo - UFMG  
Pedro Floriano Ribeiro - UFSCar  
Pedro Santos Mundim – UFG  
Silvana Krause – UFRGS  
Yan de Souza Carreirão – UFSC

#### Endereço

Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de Ciência Política – DCP  
Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte  
Minas Gerais – Brasil – CEP:31.270-901  
+ (55) 31 3409 3823  
Email: revista.emdebate@yahoo.com.br  
Facebook: Grupo Opinião Pública  
Twitter: @OpPublica

As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores.

## EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política  
Ano VII, Número IV, Setembro 2015

### SUMÁRIO

---

**Editorial** 05-07

**Dossiê:** Mudanças na ordem política mundial

- **Partidos políticos y representación en Latinoamérica** 08-15

Javier Urrea Cuéllar

- **La última elección. Venezuela en la encrucijada electoral** 16-33

Héctor Briceño

- **A abertura de Cuba e transformações na ordem internacional** 34-41

Carlos Frederico Pereira da Silva Gama

- **O uso estratégico da cláusula democrata do MERCOSUL: uma breve análise sobre a visita da comitiva brasileira à Venezuela em junho de 2015** 42-49

Déborah Silva do Monte

- **Política e sociedade na Rússia atual** 50-54

Fabiano Mielniczuk & Larlecianne Piccolli

## **Opinião**

- **A politização de um debate acadêmico** 55-61  
Gláucio Soares & Bárbara de Sá

## **Resenha**

- **Engajamento político: aspectos teóricos e rendimentos empíricos na América Latina** 62-71  
Éder Rodrigo Gimenes

**Colaboradores desta edição** 72-73

## EDITORIAL

### *Mudanças na ordem política mundial*

A edição de setembro da revista *Em Debate* tem como intuito discutir temas sobre as mudanças na ordem política e social mundial. São analisadas as transformações ocorridas nas diversas regiões e nações do mundo nos últimos anos, tais como os conflitos instaurados, surgimento de novos atores, crises políticas e econômicas e reconfiguração da geopolítica internacional.

Javier Urrea Cuéllar, doutorando em Governo e Administração Pública do Instituto Universitario Ortega y Gasset y la Universidad Complutense de Madrid, abre a seção *Dossiê* com o artigo “Partidos políticos y representación em Latinoamérica”. A partir de breve revisão bibliográfica, o autor traz à baila fatores explicativos para a crise de representatividade enfrentada pelos partidos políticos latino-americanos nas últimas décadas.

Héctor Briceño, chefe do Departamento de Sociologia Política do Centro de Estudos de Desenvolvimento da Universidade Central da Venezuela, escreve para o *Dossiê* “La última elección. Venezuela em La encrucijada electoral”. O autor argumenta que a Venezuela adentrou em um cenário eleitoral repleto de incertezas, ao perder duas de suas principais variáveis explicativas: I - Liderança e carisma de Hugo Chávez e II- estabilidade econômica provida pelo último boom do petróleo – atualmente o país vive uma fase de aprofundamento da crise sócio-econômica. A partir disso, Briceño busca desmistificar o cenário atual e elencar quais possíveis variáveis herdarão a capacidade explicativa para o comportamento dos eleitores venezuelanos.

Carlos Frederico Pereira da Silva, professor da Universidade Federal do Tocantins, apresenta o artigo “A abertura de Cuba e transformações da ordem internacional”, no qual explora questões pragmáticas que propiciaram a

abertura de Cuba, como exemplo a passagem do poder para Castro e a ascensão de Obama ao comando da presidência dos EUA.

Débora Silva do Monte, doutoranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em “O uso estratégico da cláusula democrata do MERCOSUL: uma breve análise sobre a visita da comitiva brasileira à Venezuela em junho de 2015”, aclara a questionamentos salientes sobre o ocorrido após a hostilidade do presidente venezuelano Nicolás Maduro frente ao grupo de senadores brasileiros que visitavam a Venezuela. Segundo a autora, as relações no âmbito do MERCOSUL possuem caráter predominantemente intergovernamental, sendo assim, mais políticas do que institucionais.

Fabiano Mielniczuk, diretor da Audiplo, e Larleciante Piccolli, coordenadora dos cursos de Relações Internacionais e Ciência Política da Faculdade América Latina - Caxias do Sul, encerram o *Dossiê* de setembro com o artigo “Política e sociedade na Rússia atual”. Os autores analisam o contexto de emergência de Vladimir Putin como líder da “democracia soberana” russa e, utilizam desta, para explorar também a atual dinâmica de relações entre a Rússia e o Ocidente.

Na seção *Opinião*, Gláucio Soares, pesquisador sênior Nacional do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e Bárbara Gabriela Santos de Sá, graduanda em Ciências Sociais na mesma instituição, escrevem juntos “A politização de um debate acadêmico”. Os autores analisam os comentários feitos nas publicações de duas pesquisas sobre o Estatuto do Desarmamento. O objetivo é questionar a natureza dos comentários no sentido de contestarem os resultados das pesquisas. O argumento gira em torno de que notícias desfavoráveis ao interesse das indústrias armamentistas – caso analisado no texto – são prontamente rebatidas, mesmo que sejam derivadas de pesquisa científica.

Na seção *Resenha*, Éder Gimenes, doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, apresenta o texto “Engajamento Político: aspectos teóricos e rendimentos empíricos na América Latina”, resenha da obra de Ednaldo Ribeiro e Julian Borba, “Participação política na América Latina”. Gimenes argumenta que os autores utilizam do estudo da literatura internacional para criar uma diferenciação de participação política naquelas democracias já consolidadas para as jovens democracias Latino-americanas que encontram-se em fase de fortalecimento e consolidação.

## PARTIDOS POLÍTICOS Y REPRESENTACIÓN EN LATINOAMÉRICA

Por Javier Urrea Cuéllar  
Universidad Javeriana de Colombia  
✉ contacto@javierurrea.com

**Resumen:** *El presente ensayo busca contribuir al debate público y académico sobre los desafíos de los partidos políticos latinoamericanos desde la perspectiva de la representación. Algunas de las ideas expresadas aquí, son producto de una revisión bibliográfica a grosso modo, sobre en la incapacidad de los partidos políticos para representar los intereses ciudadanos en las últimas décadas.*

**Palabras clave:** *partidos políticos, representación, Latinoamérica*

**Resumo:** *O presente artigo busca contribuir para o debate público e acadêmico sobre os desafios dos partidos políticos latinoamericanos sobre a perspectiva da representatividade. Algumas das ideias aqui propostas são produto de revisão bibliográfica a grosso modo sobre a incapacidade que os partidos políticos têm tido nas últimas décadas em representar os interesses de seus representados.*

**Palavras-chave:** *partidos políticos, representação, América Latina*

Los partidos cumplen una serie de funciones dentro del sistema político. Para Lazarte, los partidos tiene tres tareas fundamentales: la expresiva, la representativa y la canalizadora. Sin embargo, los partidos como actores del sistema político, tiene el deber de legitimarlo. La población legitima al sistema aceptándolo y apoyándolo según sus propias creencias y expectativas; y los partidos políticos como actores del sistema, también tienen la función de legitimarlo.

La legitimidad de los partidos depende del cumplimiento de sus funciones dentro del sistema político, funciones que los convierten en organizaciones mediadoras entre la sociedad civil y el sistema político-estatal. Así, la aparición de movimientos informales y alternativos parece estar más

relacionada con una falla en la estructura de mediación de los partidos y el sistema de partidos.

Los partidos representan a la población que vota por ellos en el sistema político. Sin embargo, la población no se siente representada por los partidos, lo que de alguna forma puede explicar la organización de sus propios partidos por parte de la sociedad civil. Los partidos representan legalmente a la ciudadanía, pero la ciudadanía no los reconoce. Se podría pensar entonces que los partidos gozan de representación política institucional, pero carecen de representatividad social.

La función expresiva no ha mejorado mucho, en la medida en que las quejas, protestas, impugnaciones, demandas y demás expresiones provienen de los mismos partidos y no de la sociedad. Los partidos creen ser la voz de los que no tienen voz, pero en el fondo es su propia voz la que escuchan o quieren escuchar.

Por su parte, la función mediadora también se encuentra en déficit. Las opiniones y demandas de la población, difícilmente son recogidas, canalizadas y transmitidas al sistema político por parte de los partidos. La distancia entre lo que la población pide y lo que los partidos demandan, es abismal. En general, lo que los partidos traducen como demandas ciudadanas es lo que ellos consideran como tales en función de las agendas mediáticas, políticas populares o coyunturas electorales.

Conforme con la política tradicional, los agentes fundamentales de la representación política son los partidos, que cumplen múltiples funciones de articulación, agregación e integración. Sin embargo, como lo plantea Bodemer (2001), el problema está en saber cómo medir la representatividad de los partidos políticos, ya que no existe un único modelo, sino diversas formas de representación que simultáneamente coexisten.

Tal como lo describe Murillo Ruin, el ingreso de los partidos al aparato estatal marcha en paralelo a su desconexión con las demandas ciudadanas, dejando en evidencia una contraposición entre las funciones de los partidos y la realidad. Para este autor, son funciones de los partidos políticos la búsqueda de objetivos por medio de ideologías, la articulación de intereses sociales, la movilización ciudadana y el reclutamiento de élites. Los partidos se han preocupado más en anclarse como órganos dentro Estado que en desempeñarse como instituciones representativas dedicadas a defender los intereses de sus electores (MURILLO RUIN, 1995).

Rivas Leone (2002) menciona la creciente deslegitimación de los partidos políticos, la cual es provocada por la incapacidad para cumplir con sus funciones. Las labores de socialización, movilización, participación y legitimación están consumidas al interior de los partidos. Esto genera una dinámica de creciente deslegitimación que puede generar esporádicas crisis de gobernabilidad, impidiendo la formación de una verdadera ciudadanía (RIVAS LEONE, 2002).

Por otra parte encontramos que Cansino (1995), no sólo refuerza sino que, enfatiza en la función relegada de los partidos como producto del sistema político presidencialista que impera en la región latinoamericana. Ante todo los partidos son maquinarias que movilizan el electorado antes de ser instrumento de gobierno.

El factor preponderante que describe el papel secundario de los partidos gobernantes en Latinoamérica reside en la forma de gobierno presidencialista dominante en la región, siendo el Poder Ejecutivo el principal actor a nivel decisorio dentro del Estado. De esta forma, se puede establecer que los partidos políticos y actores como el parlamento y los sindicatos, se encuentran subordinados en la toma de decisiones.

Para Álvarez, Rial y Zovato (1998), los ciudadanos se sienten cada vez menos representados por los partidos. Crece la brecha entre el político y el ciudadano y en parte por que a política se hace en los medios de comunicación y las redes, pero sobre todo en las pantallas de televisión. Se piensa que el político sigue a la opinión pública en vez de dirigirla (ALVAREZ, RIAL, ZOVATO, 1998). Se considera, que éstos fenómenos de personalización de la política, debilitan la estructura interna de los partidos ya que no se trabaja sobre programas e ideas, sino sobre encuestas políticas. Se desprestigia a la política y los políticos convierten a los partidos en absolutas maquinarias electorales.

Uno de los errores más graves hoy en día de los partidos políticos se da cuando se autoproclaman portavoces de la sociedad civil, van tomando el lugar, la palabra y la voluntad de la sociedad civil, negociando y decidiendo en su nombre, sin sentirse obligados a considerarla, ya sea para consultar o sea para informar. La ciudadanía no se siente representada por los partidos políticos, por lo que los problemas sociales se dispersan y con frecuencia se intentan resolver en otras arenas de lucha, directamente con los detentadores del poder público. La crisis de representatividad se manifiesta al interior de las organizaciones partidarias generando una auténtica desconexión entre dirigentes y bases.

De acuerdo con Marván (1999), la crisis de los partidos políticos es el reflejo de una profunda crisis que cuestiona las formas de la representación política y la relación de los individuos con la sociedad y con el Estado. La relación entre los partidos políticos y la sociedad se deteriora cuando se rompen los vínculos de representación y participación en la democracia. Los partidos políticos se reducen a exclusivas maquinarias electorales cuya única función es organizar el proceso de selección de candidatos, hacer propaganda y conseguir votos.

Tal como lo plantean Poitevin y Sequén-Mónchez (2002), no existe ni se proyecta un verdadero posicionamiento que le permita a los partidos políticos cumplir con sus funciones. Esto sumado a la idea de que la mayor parte de los partidos políticos se pueden clasificar como partidos de élite. Se cuestiona la escasa visión de los mismos para incluir dentro de sus programas políticos un proyecto a largo plazo capaz de agrupar intereses comunes y las aspiraciones de la mayoría.

La modernización social impulsada por los partidos dominantes en sus respectivos países, genera de alguna manera las condiciones de su propia crisis de representatividad, y por tanto de continuidad. Según Crespo (1999), la sociedad es cada vez más compleja y con intereses distintos; y los partidos dominantes son vehículos que absorben gran cantidad de demandas que provienen de dicha sociedad. El problema está en el límite y agotamiento de la capacidad de los partidos para absorber tan diversas demandas. Por tal motivo, canalizar las demandas de tan diversas formaciones sociales conlleva a un debilitamiento funcional e ideológico del partido, haciendo que cada vez más agrupaciones no se sientan verdaderamente representadas por el partido dominante.

Uno de los factores que desencadena en la inconformidad con los partidos políticos es el descontento con las formas habituales de hacer política. La práctica política se ha mostrado incapaz de producir y reproducir el sentido del orden democrático. Las organizaciones partidarias son cada vez más especializadas y burocratizadas, de tal forma que no aseguran identidades colectivas y mucho menos crean sentidos de pertenencia. Para Lechner (1994), no asegurar la identidad colectiva puede tender a transformarse en oposición a las instituciones, lo que conduce a que la sociedad se enfrente a ciertas dificultades de arraigo con los partidos políticos.

Dentro de la cotidianas formas de hacer política, el ciudadano común ve con recelo a aquellos partidos políticos que aun conservan la atracción por el discurso abundante y redundante. Esto suele ocurrir sobretodo en campañas electorales, donde los candidatos de los partidos, asumen todo tipo de compromisos con el electorado, para luego no sólo incumplir, sino hacer exactamente lo contrario. En dicha lógica electoral, Lazarte (1992) hace referencia a esta clase de partidos como *catch all party* o partidos “atrápalo todo”, señalando que esa promesa exagerada del discurso político lo devalúa, hasta el punto de convertirlo en sospechoso y detestable.

La forma clásica de hacer política se ha visto deslucida con la aparición de los *outsiders*, no sólo desacreditando el rol del político clásico, sino también imponiendo un nuevo estilo de hacer política. Los outsiders son “nuevos caudillos”, con estilos de liderazgo independiente y en ocasiones populista, que buscan directamente el apoyo de los electores, mediante el uso de los medios de comunicación y las redes.

El comportamiento indiferente hacia los partidos, también es provocado por el distanciamiento ideológico. En este sentido, la racionalidad ciudadana para participar en comicios y eventos electorales, depende más de intereses individuales para solucionar problemas concretos; que de intereses sociales basados en la pertenencia ideológica. Según Sojo (1998), la racionalidad ciudadana es más cercana a la solución de problemas concretos mediante aspiraciones individuales, que a las solución de intereses colectivos asociados a una ideología de partido. En otras palabras, a los partidos no le interesan los ciudadanos, sino cuando votan; y a los ciudadanos sólo le interesan los partidos políticos, cuando obtiene un beneficio con su participación y voto.

Paralelamente, las demandas sociales antes canalizadas por los representantes partidarios, ahora se expresan cada vez más de manera directa

a través de acciones y protestas ciudadanas produciendo un conflicto social. La población prefiere actuar directamente porque desconfía de los partidos políticos y sus dirigentes.

En conclusión, tener una visión de los partidos desde sus funciones en el sistema político, nos permite deducir que posiblemente las fallas funcionales por una parte provocan crisis al interior de los partidos, y por otra parte generan resistencia y descontento generalizado en la población. Esto se debe a que los partidos no han logrado funcionar conforme a las demandas y expectativas de la ciudadanía, lo que pone en entredicho su función central en el sistema político, que es la de ser estructuras de mediación entre la sociedad y el Estado.

Podríamos pensar que la transformación de la cultura política latinoamericana, hoy en día, se dirige hacia la desafección y el establecimiento de relaciones inconformes entre la ciudadanía y los partidos políticos. El desinterés ciudadano en común por las estructuras partidistas, es una manifestación de desconfianza ciudadana con las instituciones políticas democráticas en general, y con los partidos políticos en particular.

## Referências

- ALCÁNTARA, Manuel; FREIDENBERG, Flavia. Los partidos políticos en América Latina. Universidad de Salamanca. *América Latina Hoy*, Salamanca, n.27, 2001.
- ALVAREZ, Oscar; RIAL, Juan; ZOVATTO, Daniel. América Latina: balance del periodo electoral 1992-1996. In: RIAL, Juan; ZOVATTO, Daniel (Ed.). *Elecciones y democracia en América Latina 1992 1996: urnas y desencanto político*. San José: Costa Rica, Instituto Interamericano de Derechos Humanos IIDH, 1998.
- BODEMER, Klaus. *Entre globalización, modernización y desencanto político: la democracia representativa frente a los desafíos actuales. La democracia de Costa Rica ante el siglo XXI*. MAS, Jorge Rovira (Ed.), San José: Universidad de Costa Rica y Fundación Friedrich Ebert, 2001.
- CANSINO, César; Partidos políticos y gobernabilidad en América Latina. *Nueva Sociedad*, Caracas, n.139, 1995.
- CÓRDOVA MACÍAS, Ricardo. *La crisis de los partidos políticos en América Latina. Un desafío a la democracia: los partidos políticos en Centroamérica, Panamá y República Dominicana*. ACHARD, Diego; GONZÁLEZ, Luis E. (Ed.). San José: BID, IDEA y OEA, 2004.
- CRESPO, José Antonio; La crisis mundial de los partidos dominantes. ¿Tienen futuro los partidos políticos?. *Metapolítica*. México, v.3 n.10, 1999.

DOSSIÉ  
JAVIER URREA CUÉLLAR  
PARTIDOS POLÍTICOS Y REPRESENTACIÓN EN LATINOAMÉRICA

LECHNER, Norbert. Los nuevos perfiles de la política. Un bosquejo. *Nueva Sociedad*, Caracas, n.130, 1994.

LAZARTE, Jorge. Partidos políticos e informalización de la política. Democracia y gobernabilidad en América Latina. MAYORGA, René Antônio (Coord.), *Nueva Sociedad*, Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, Caracas, 1992.

MARVÁN L., María. Partidos políticos: ¿instituciones necesarias o prescindibles? ¿Tienen futuro los partidos políticos?. *Metapolítica*, México, v.3, n.10, 1999.

MURILLO RUIN, Adriana. Participación política en la democracia actual: crisis de los paradigmas modernos y búsqueda de alternativas. *Revista del Instituto Interamericano de Derechos Humanos*, San José: Costa Rica, n.34-35, 1995.

POITEVIN, René; SEQUÉN-MÓNCHÉZ, Alexander. Los desafíos de la democracia en Centroamérica. *FLACSO Programa Guatemala*, Guatemala, 2002.

RIVAS LEONE, José A. Transformaciones y crisis de los partidos políticos. La nueva configuración del sistema de partidos en Venezuela. Instituto de Ciencias Políticas y Sociales, Barcelona: *Working Papers*, n.202, 2002.

SOJO, Carlos. *Reforma económica, Estado y sociedad en Centroamérica*. San José: FLACSO, 1998.

URREA C., Javier. La crisis de los partidos políticos en Latinoamérica. *The Economy Journal*, Barcelona, 2014.

# LA ÚLTIMA ELECCIÓN. VENEZUELA EN LA ENCRUCIJADA ELECTORAL

Héctor Briceño

Universidad Central de Venezuela

✉ hbricenomonte@gmail.com

**Resumen:** El sistema electoral venezolano funcionó entre 1998 y 2013 sobre la base de tres variables fundamentales: 1. El liderazgo y carisma de Hugo Chávez; 2. El boom petrolero más importante de la historia de Venezuela, y; 3. La manipulación de las reglas de juego electoral para favorecer a la alianza partidista de gobierno. Estas variables tienen la mayor capacidad explicativa del comportamiento electoral de los venezolanos entre 1998 y 2013. Sin embargo, tras la muerte del presidente Chávez en marzo de 2013 y la profundización de la crisis económica y social que atraviesa actualmente el país, generan un panorama lleno de incertidumbre e incógnitas de cara a las elecciones parlamentarias del 06 de diciembre de 2015 y del futuro político y electoral. ¿Cómo reaccionará el electorado ante la ausencia de estas dos variables? ¿Qué variables heredarán la capacidad de explicación para las próximas elecciones? ¿Sobre qué variables se reorganizará el comportamiento electoral venezolano? Estas son las principales interrogantes que se abordarán en las siguientes líneas.

**Palabras clave:** Sistema electoral, elecciones, voto económico, Venezuela.

**Resumo:** Entre 1998 e 2013 o sistema eleitoral venezuelano fundamentou-se sobre três principais variáveis: 1. A liderança e carisma de Hugo Chávez; 2. O boom do petróleo mais importante na história da Venezuela, e; 3. A manipulação das regras do jogo eleitoral para favorecer a aliança partidária do governo. Somados, os três aspectos adquirem a melhor capacidade explicativa para o comportamento eleitoral dos venezuelanos entre 1998 e 2013. Ainda, com a morte do presidente Chávez em março de 2013 e com o aprofundamento da crise sócio-econômica que se instaurou no país, foi criado um cenário repleto de incertezas e incógnitas para as eleições parlamentares de 06 de dezembro de 2015 e para o futuro político e eleitoral venezuelano. Como reagirá o eleitorado diante da ausência de duas das principais variáveis? Que variáveis herdarão a capacidade explicativa do comportamento dos eleitores venezuelanos nas próximas eleições? Sobre quais variáveis o comportamento eleitoral venezuelano se fundamentará? Estas são as principais perguntas que serão abordadas no decorrer do presente artigo.

**Palavras-chave:** Sistema eleitoral, eleições, voto econômico, Venezuela.

## Introducción

Los dos procesos electorales que se llevaron a cabo en Venezuela durante el año 2013 (Presidenciales de abril y Municipales de diciembre) cerraron un ciclo que había comenzado en las elecciones presidenciales de diciembre de 1998, elecciones éstas que significaron la culminación del sistema bipartidista que gobernó la democracia venezolana desde su inicio en 1958 y con especial énfasis entre 1973 y 1988.

Si bien es cierto que en las elecciones de 1993 se manifestó con total claridad el resquebrajamiento del sistema bipartidista mediante la disminución de un sólido 93% de los votos consolidados entre el partido social demócrata Acción Democrática (AD) y el socialcristiano Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI) a un 45% como consecuencia del crecimiento de La Causa R (LCR) y de la alianza electoral liderada por el expresidente y fundador de COPEI Rafael Caldera y su nuevo partido Convergencia (con 21,95% y 30,46% de votos respectivamente), el país tendría que esperar 5 años más para ver el hundimiento total del bipartidismo y satisfacer las demandas de cambio de la población.

Así, en 1998 Hugo Chávez alcanza la presidencia con 56% de los votos, mientras AD y COPEI lograron un residual 11% de las preferencias entre ambos. No obstante, mediante una manipulación de la normativa electoral se separarían las elecciones parlamentarias de las presidenciales con el objetivo de disminuir el efecto de arrastre o portaviones<sup>1</sup> y evitar el control del parlamento por parte de los factores políticos emergentes, las elecciones parlamentarias se llevarían a cabo con un mes de anticipación, constituyendo ésta la primera ruptura de ésta tradición electoral iniciada en 1958.

---

<sup>1</sup> Ver MOLINA, PÉREZ, 1999

DOSSIÉ  
HÉCTOR BRICEÑO  
LA ÚLTIMA ELECCIÓN. VENEZUELA EN LA ENCRUCIJADA ELECTORAL

A partir de esas elecciones, la dinámica electoral estaría controlada por un continuo cambio en las reglas de juego electoral para favorecer al partido y los candidatos de gobierno, así como por los efectos que en toda la política venezolana tendría el liderazgo de Hugo Chávez.

A dichas variables se sumaría a partir del año 2004 el creciente aumento de los precios del petróleo en los mercados internacionales, que se traducirían en una bonanza petrolera nunca antes experimentada en Venezuela.

Estas variables adquieren una extraordinaria capacidad explicativa del comportamiento electoral de los venezolanos en el período 1998 a 2013, mucho más importante que otras variables que han sido propuestas y analizadas por muchos investigadores como por ejemplo el voto de clase, el voto urbano/rural y el voto ideológico.

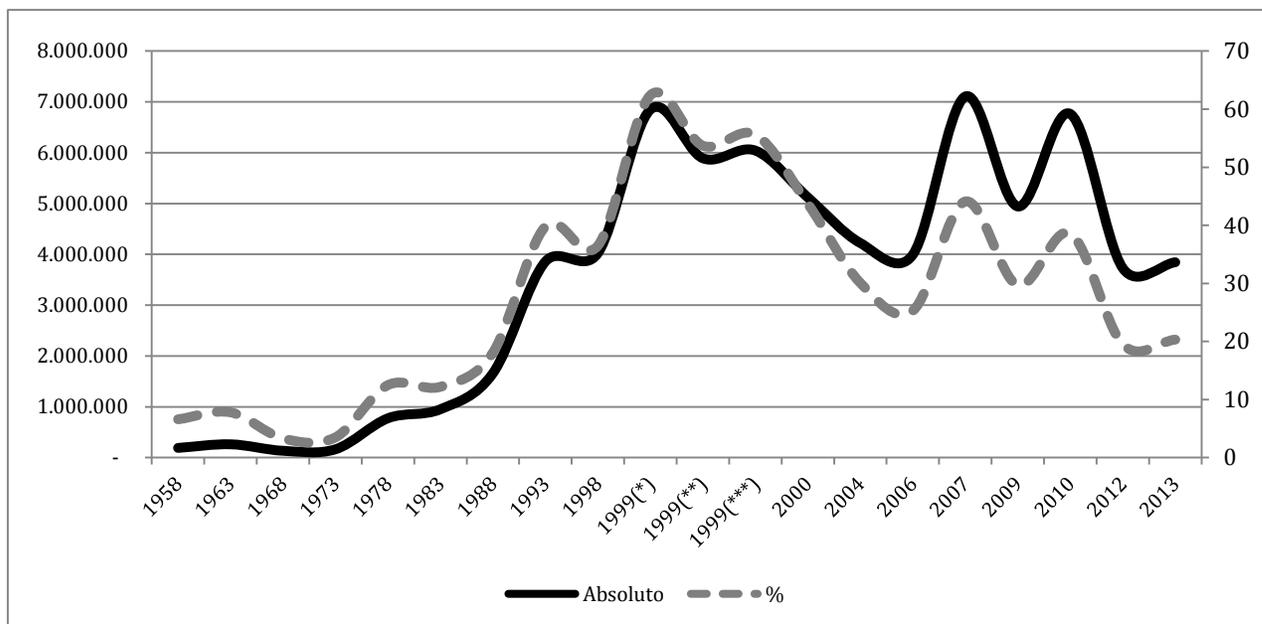
En las próximas páginas pondremos a prueba éstas hipótesis mediante el análisis tanto de datos agregados de resultados electorales, así como de estudios de opinión pública.

### **Promotor/Inhibidor**

La entrada de Hugo Chávez a la política venezolana se inició de manera abrupta por medio del fallido golpe de estado del 04 de febrero de 1992. Luego, durante las elecciones presidenciales de 1993 adelantó desde la cárcel “San Francisco de Yare” un llamado a la abstención como protesta a la democracia venezolana. Pero no sería sino hasta el año 1998 que optaría por la vía democrática para acceder al poder presentando su postulación para las elecciones presidenciales del 06 de diciembre de 1998.

DOSSIÉ  
HÉCTOR BRICEÑO  
LA ÚLTIMA ELECCIÓN. VENEZUELA EN LA ENCRUCIJADA ELECTORAL

**Gráfico 1. Abstención en elecciones Presidenciales, Parlamentarias y Referendos Nacionales. 1958 – 2013**



\* Referendo Consultivo Nacional, Abril 1999; \*\* Asamblea Nacional Constituyente, Julio 1999; \*\*\* Referendo Aprobatorio Constitucional, Diciembre 1999.

Fuente: Consejo Nacional Electoral.

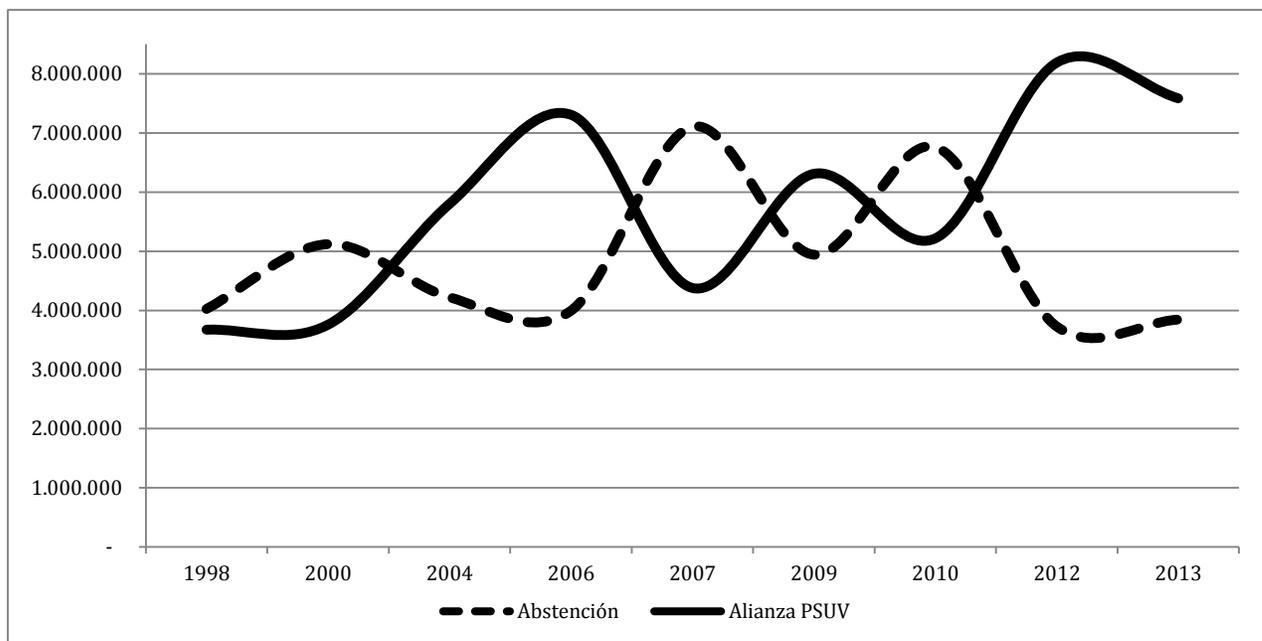
A partir de entonces su determinación, carisma y su conexión con las grandes masas, serían un factor determinante en el comportamiento electoral de los venezolanos.

Las elecciones presidenciales de 1998 lograron revertir ligeramente la tendencia ascendente de la abstención, al pasar de 39,8% en las elecciones de 1993 a 36,6% en las presidenciales de 1998. No obstante, para las elecciones del año 2000 la abstención aumentaría nuevamente, para registrar el punto más alto para una elección presidencial en la historia democrática venezolana hasta el momento, con un 43,5%.

A partir de ese año, la abstención iniciaría una etapa de gran volatilidad, cambiando de tendencia en casi todos los procesos electorales, independientemente del tipo de elección.

DOSSIÉ  
HÉCTOR BRICEÑO  
LA ÚLTIMA ELECCIÓN. VENEZUELA EN LA ENCRUCIJADA ELECTORAL

**Gráfico 2. Votos Alianza PSUV y Abstención. Elecciones Presidenciales, Parlamentarias y Referendos. 1998 – 2013**



\*No se incluye las elecciones parlamentarias del año 2005 debido a la decisión de los partidos opositores de no participar en dichos comicios. Tampoco se incluyen los referendos del año 1999.

**Fuente:** Consejo Nacional Electoral. Cálculos propios.

Esa volatilidad de la abstención será explicada en gran medida por la participación del Presidente Chávez en cada evento, de forma tal que en los comicios en los que estaba en juego la continuidad de Chávez a la cabeza del gobierno las tasas de abstención tendían a disminuir, aumentando la votación por la alianza del partido de gobierno, el Partido Socialista Unido de Venezuela<sup>2</sup> (PSUV) y su alianza electoral Gran Polo Patriótico (GPP).

El gráfico 2 muestra claramente ésta relación. En el referendo presidencial de 2004<sup>3</sup>, las elecciones presidenciales de 2006 y 2012, así como en el referendo

<sup>2</sup> Aunque el PSUV fue creado en el año 2008, este nace de la plataforma electoral que sirvió de base de apoyo a Chávez desde 1998, el Movimiento V República (MVR). Aquí se hace referencia a la alianza PSUV para todo el periodo 1998-2013 para facilitar la comprensión.

<sup>3</sup> Referendo Revocatorio Presidencial, en el que se definiría la continuidad del Presidente Chávez en el cargo.

DOSSIÉ  
HÉCTOR BRICEÑO  
LA ÚLTIMA ELECCIÓN. VENEZUELA EN LA ENCRUCIJADA ELECTORAL

constitucional de 2009<sup>4</sup>, la abstención marca sus menores registros, y a la inversa, el referendo de reforma constitucional del año 2007 y las elecciones parlamentarias del año 2010 figuran con los menores niveles de participación electoral para elecciones de carácter nacional.

De especial interés es la diferencia de votos obtenida por el chavismo entre el año 2006 y 2007, pues en tan sólo 12 meses pasó de su máximo nivel de votación al nivel más bajo, perdiendo casi 3 millones de votos, en un evento que no tiene precedente en la historia política democrática venezolana.

**Cuadro 1. Análisis de medias de resultados electorales de la alianza PSUV-GPP 1998 - 2013**

Elecciones	Media	Desviación típ.	Error típ.	Inferior	Superior	T	GL (n-1)	Sig. (bilateral)
2013 - 2012	-0,0331	0,0235	0,0007	-0,0345	-0,0317	-47,464	1134	0,000
2013 - 2006	-0,0377	0,0733	0,0022	-0,0413	-0,0342	-17,343	1133	0,000
2013 - 2004	0,0094	0,0858	0,0025	0,0052	0,0135	3,670	1132	0,000
2013 - 2000	0,1133	0,0992	0,0029	0,1085	0,1182	38,455	1133	0,000
2013 - 1998	0,1520	0,1222	0,0036	0,1460	0,1580	41,682	1121	0,000
2012 - 2006	-0,0046	0,0761	0,0023	-0,0083	-0,0009	-2,032	1133	0,042
2012 - 2004	0,0425	0,0845	0,0025	0,0384	0,0466	16,937	1132	0,000
2012 - 2000	0,1465	0,0986	0,0029	0,1417	0,1513	50,048	1133	0,000
2012 - 1998	0,1851	0,1195	0,0036	0,1792	0,1910	51,883	1121	0,000
2006 - 2004	0,0471	0,0702	0,0021	0,0436	0,0505	22,574	1132	0,000
2006 - 2000	0,1511	0,0846	0,0025	0,1469	0,1552	60,133	1133	0,000
2006 - 1998	0,1896	0,1097	0,0033	0,1842	0,1950	57,891	1121	0,000
2004 - 1998	0,1419	0,1038	0,0031	0,1368	0,1470	45,806	1121	0,000
2000 - 1998	0,0388	0,0822	0,0025	0,0348	0,0429	15,818	1121	0,000

\* Nivel de confianza 95%

Fuente: www.Esdata.info y Consejo Nacional Electoral (CNE). Cálculos propios.

<sup>4</sup> Referendo de Reforma Constitucional que decidiría la posibilidad de la reelección inmediata para todos los cargos de elección popular, y por tanto que Chávez pudiese postularse como candidato presidencial en 2012 y subsiguientes comicios.

DOSSIÉ  
HÉCTOR BRICEÑO  
LA ÚLTIMA ELECCIÓN. VENEZUELA EN LA ENCRUCIJADA ELECTORAL

El electorado venezolano se comportaba de forma distinta cuándo Chávez era el candidato principal del proceso electoral, mientras que en el resto de los procesos electorales otras variables como evaluación de las propuestas (2007), evaluación de los candidatos (2010), y evaluación de las gestiones (2008) incrementaban su relevancia.

Queda claro además, que luego de la muerte de Chávez en marzo de 2013, las elecciones presidenciales rompieron con esa dinámica. En esas elecciones cuya abstención varió en tan sólo 1%, el comportamiento electoral culminó un período e inició una nueva etapa.

Es importante señalar, que Chávez como variable inhibidora y promotora de comportamientos influye en ambas direcciones: tanto a sus partidarios como a sus adversarios.

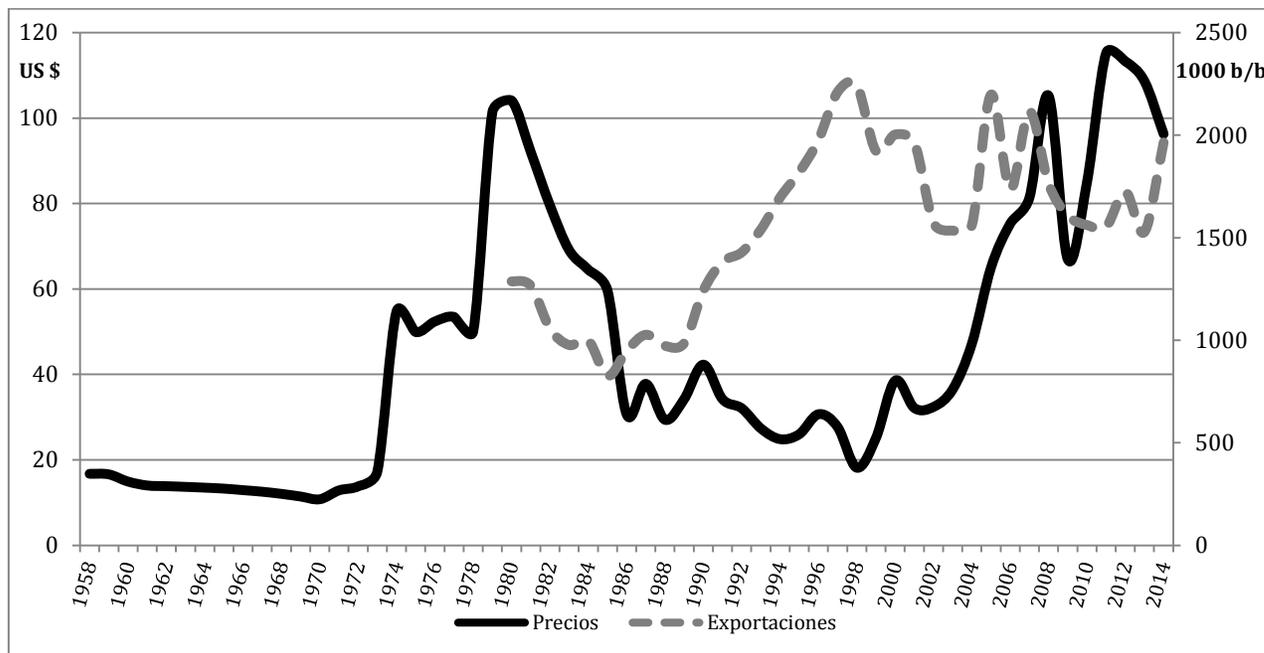
El contraste entre medias de la votación obtenida por el PSUV y sus aliados en las diversas elecciones entre 1998 y 2013 arroja un resultado claro: en las elecciones presidenciales de 2006 - 2012 el comportamiento del voto prácticamente igual, a pesar de los cambios en el padrón electoral y en los niveles de abstención.

### **Es la economía**

Venezuela y el mundo fue testigo entre los años 1999 y 2014 del proceso de expansión de los precios del petróleo más importante de la historia. Fenómeno que combinado con las mayores exportaciones venezolanas del producto, permitieron a Hugo Chávez ejercer el poder entre 1999 y 2013 en una época de extraordinaria bonanza que le permitiría emprender sus más excéntricos proyectos.

DOSSIÊ  
HÉCTOR BRICEÑO  
LA ÚLTIMA ELECCIÓN. VENEZUELA EN LA ENCRUCIJADA ELECTORAL

**Gráfico 3. Precios del petróleo y exportaciones petroleras venezolanas 1958 - 2014**

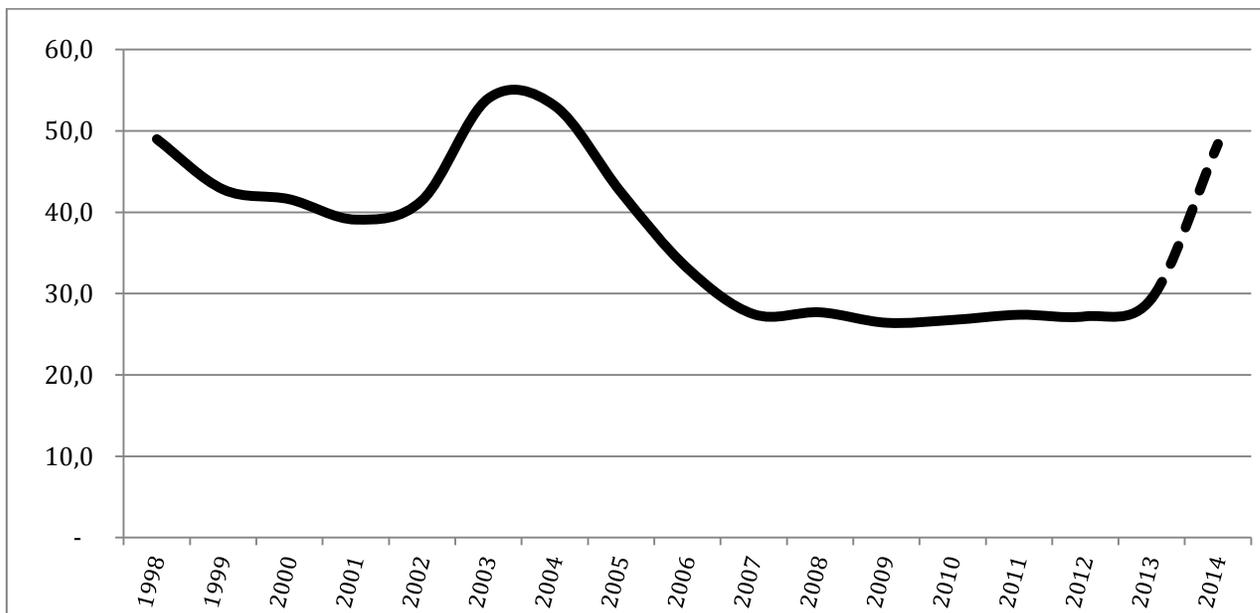


**Fuente:** Precios, International Energy Agency (IEA - BP Statistical Review of World Energy 2014). Exportaciones, OPEC.

La extraordinaria bonanza petrolera incidiría muy claramente en la sociedad venezolana traduciéndose por diversas vías en bienestar social y calidad de vida entre los distintos sectores sociales. Muy especialmente el boom petrolero, con la ayuda de estrategia adoptada por la oposición política, permitiría al expresidente Chávez realizar una extraordinaria proeza: la disminución de la pobreza del 53,1% de los hogares a 33,1% en tan sólo 2 años (del 2004 al 2006), tendencia que encontró su piso alrededor del 27% entre 2007 y 2012, para luego despegar entre 2013 y recobrar en 2014 tasas cercanas a las del año 1998.

DOSSIÉ  
HÉCTOR BRICEÑO  
LA ÚLTIMA ELECCIÓN. VENEZUELA EN LA ENCRUCIJADA ELECTORAL

**Gráfico 4. Hogares en condición de pobreza, 1998-2014**



**Fuente:** Años 1998 a 2013: Instituto Nacional de Estadística (INE). Año 2014: ENCOVI (UCAB, UCV, USB).

El paro laboral iniciado por trabajadores de la estatal petrolera venezolana PDVSA entre diciembre de 2002 y febrero de 2003 tendría como consecuencia una extraordinaria caída del PIB (16,6% aproximadamente) y el ingreso de 12,5% de hogares a las filas de la pobreza entre 2003 y 2004 en medio de una etapa de crecimiento económico experimentada en el mundo entero.

Estos hechos tendrían al menos dos consecuencias: en primer lugar, permitiría el afianzamiento del liderazgo de Hugo Chávez, especialmente entre los sectores más vulnerables, aquellos que habrían pagado las consecuencias de las estrategias de lucha política de los sectores de oposición.

Por otro lado se acentuaría la tendencia general a asociar el bienestar económico con la gestión del gobernante, aún cuando se tratase de una tendencia económica mundial y especialmente regional. Según la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) el PIB crecería 1,9% y 5,9% en los años 2003 y 2004 respectivamente, tendencia que se mantuvo hasta 2008, interrumpida por la

DOSSIÉ  
HÉCTOR BRICEÑO  
LA ÚLTIMA ELECCIÓN. VENEZUELA EN LA ENCRUCIJADA ELECTORAL

crisis económica mundial de 2009. En ese sentido, no parece casual que en ese mismo período el continente haya visto pasar a los presidentes de mayor popularidad de la historia democrática de la región.

La relación entre economía y apoyo político es quizás una de las que mayor consenso goza en ciencia política. Esta relación se ha expresado de diversas maneras en la literatura politológica: relación entre el voto y/o la popularidad de un partido, candidato o gobernante e índices macroeconómicos (como por ejemplo el PIB, inflación, desempleo, entre otros); evaluación subjetiva de la economía; expectativas sobre el funcionamiento futuro de la economía; comparación de la situación presente con el pasado, ya sea individual o del país, y evaluación de la gestión económica (GÉLINEAU, 2013).

Así, según Duch (2007) los estudios del voto económico en Estados Unidos confirman que “un cambio en punto porcentual en los ingresos reales disponibles producen entre dos y cuatro puntos de apoyo en para el partido gobernante” (DUCH, 2007, p.810).

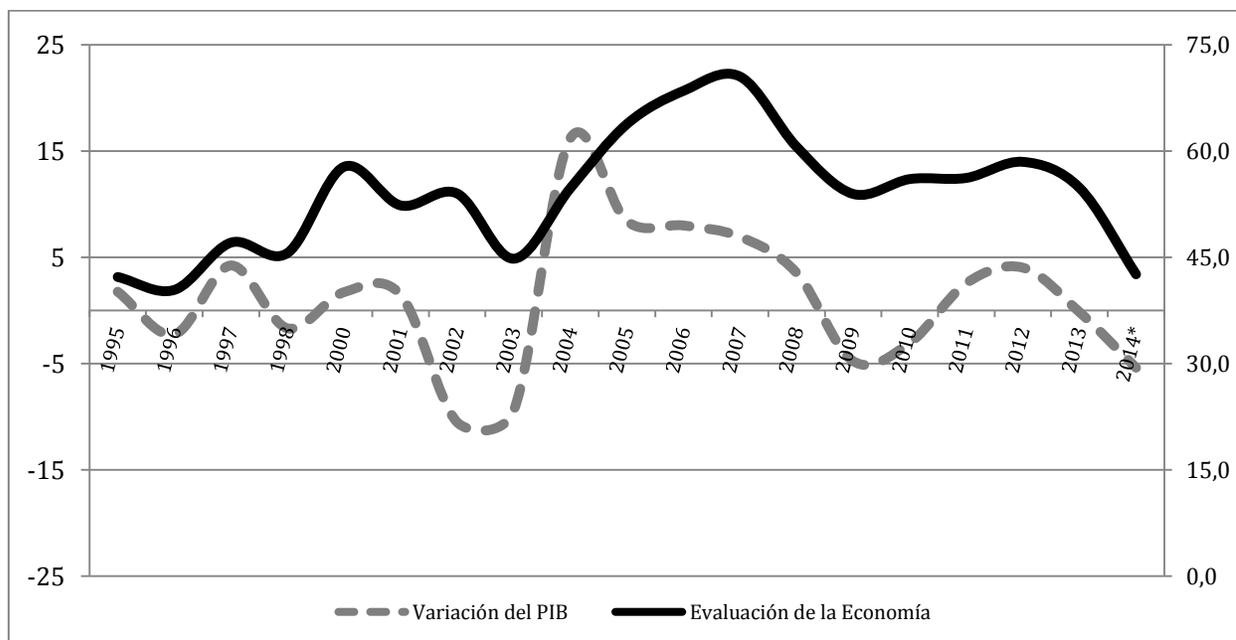
Para el mundo en desarrollo el voto económico mantiene su efecto al igual que en el mundo desarrollado. Según Gélineau (2013) que parte del análisis de los datos del estudio de opinión pública desarrollado por la Universidad de Vanderbilt (LAPOP-El Barómetro de las Américas) un cambio de un punto porcentual en la evaluación del funcionamiento de la economía tiene un efecto de cambio promedio para América Latina de 5%, llegando a un máximo de 22% para el caso Venezolano (GÉLINEAU, 2013).

El gráfico 5 muestra la íntima relación entre el índice de evaluación subjetiva de la economía y el comportamiento real de la misma. Al analizar el gráfico es posible observar que a pesar de la gran volatilidad de ambos factores, una tendencia: las elecciones presidenciales de 2000, 2006 y 2012 coinciden con momentos de

DOSSIÊ  
HÉCTOR BRICEÑO  
LA ÚLTIMA ELECCIÓN. VENEZUELA EN LA ENCRUCIJADA ELECTORAL

expansión y percepción positiva creciente, mientras las elecciones de 1998 y 2013 con períodos de contracción económica.

**Gráfico 5. Evaluación del funcionamiento de la economía y variación del PIB 1995 -2014**



\*Evaluación de la economía corresponde al año 2015.

**Fuente:** Variación del PIB, Banco Mundial (escala izquierda). Evaluación de la Economía, Latinobarómetro. Cálculos propios (escala derecha).

Al analizar los datos de la intención de voto según evaluación del funcionamiento de la economía para los distintos años presidenciales (1998, 2000, 2004, 2006, 2012 y 2013) parece claro que la relación es intensa y se mantiene, con independencia del funcionamiento real de la economía, esto es, independientemente del ciclo económico (expansión - contracción), quienes evalúan de forma positiva la economía tiende a votar por los gobernantes y a la inversa. De igual forma vemos que ésta tendencia se consolida a partir de 2006 con una tendencia a aumentar en elecciones en la que no competía Chávez como candidato.

DOSSIÉ  
HÉCTOR BRICEÑO  
LA ÚLTIMA ELECCIÓN. VENEZUELA EN LA ENCRUCIJADA ELECTORAL

**Cuadro 3. Intención de voto hacia la alianza PSUV según evaluación de la economía 1998  
- 2013**

Situación Económica Actual	1998	2000	2004	2006	2010	2012	2013
<b>Muy buena</b>	66,7%	92,1%	74,3%	96,6%	89,7%	100,0%	100,0%
<b>Buena</b>	41,8%	86,2%	81,6%	92,0%	88,7%	90,2%	97,0%
<b>Regular</b>	54,0%	85,7%	77,2%	75,1%	54,8%	66,7%	64,4%
<b>Mala</b>	55,8%	74,1%	43,6%	20,0%	21,1%	25,3%	19,5%
<b>Muy mala</b>	57,1%	57,1%	36,0%	6,9%	13,3%	18,0%	7,2%
<b>Total</b>	54,8%	82,7%	66,9%	76,7%	48,0%	63,0%	56,1%
<b>Lambda (voto como variable dependiente)</b>	0,022	0,000	0,166	0,367	0,434	0,368	0,579
<b>Sig. aproximada</b>	0,225	0,000	0,029	0,000	0,000	0,000	0,000
<b>N</b>	923	742	474	855	821	948	862

Fuente: Años 1999, 2000, 2004, 2006 y 2013 Latinobarómetro. Años 2010 y 2012 LAPOP. Cálculos propios.

La transformación del funcionamiento de la economía venezolana en apoyo político tiene múltiples rutas que confluyen en la mejora de las condiciones de vida y en la evaluación positiva de la gestión de gobierno: “el desarrollo de mecanismos clientelares, la puesta en marcha de diversos tipos de ayudas, y la aplicación de un conjunto de programas sociales (destacando las denominadas misiones) que han favorecido a amplios sectores de la población, sacando a muchos de ellos de la situación de pobreza. Los petrodólares también han permitido (...) impulsar políticas favorables al consumo y han proporcionado los recursos al Estado para realizar una masiva contratación de empleados públicos” (CORRALES, HIDALGO, 2013, p.69-70).

## **Para mis enemigos la Ley**

Tras la victoria en el referendo de 1999 que permitiría la convocatoria a la Asamblea Nacional Constituyente (ANC) para crear una nueva Constitución, el Presidente Chávez presentó la “Propuesta del Ejecutivo Nacional que fija las Bases Comiciales de la Convocatoria de la ANC”, que establecería las reglas para la selección de los constituyentistas<sup>5</sup>. Esta normativa cambió la tradición electoral venezolana respecto al sistema electoral para selección de cuerpos colegiados que había imperado desde el inicio de la democracia en 1958, estableciendo un sistema mayoritario en el que se elegían 131 constituyentistas a través de circunscripciones estatales y nacionales exclusivamente por mayoría simple, lo que permitió a la alianza de gobierno maximizar su mayoría electoral y obtener el 94,5% de los 128 diputados con el 62% de los votos.

Desde entonces el cambio de la normativa para favorecer a la alianza de partidos del chavismo ha acompañado los todos los procesos electorales venezolanos. En 2009 este ventajismo quedó plasmado en la misma ley electoral. Con ella se institucionalizó un sistema electoral mayoritario (paralelo) contrario al proporcional que establece la Constitución. Igualmente plasmó altos niveles de malaproporcionamiento que permitiría la sobrerrepresentación de estados de menor población (con clara tendencia oficialista) y subrepresentación en estados con clara tendencia opositora<sup>6</sup>. Así mismo la ley electoral permitiría la modificación de circunscripciones bajo criterios “políticos”<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> El Tribunal supremo de Justicia realizó unas pequeñas modificaciones a la propuesta realizada por Chávez.

<sup>6</sup> Ver Briceño (2011).

<sup>7</sup> Ley Orgánica de los Procesos Electorales. Artículo 19 “Para la elección de los cargos nominales a los cuerpos deliberantes, el Consejo Nacional Electoral conformará circunscripciones electorales que se regirán por los lineamientos siguientes:

1. Para la elección de cargos nacionales y estatales, la circunscripción electoral podrá estar conformada por un municipio o agrupación de municipios, una parroquia o agrupación de parroquias, o combinación de municipio con parroquia, contiguas y continuas de un mismo estado, a excepción de las circunscripciones indígenas las cuales no tendrán limitación de continuidad geográfica.

DOSSIÉ  
HÉCTOR BRICEÑO  
LA ÚLTIMA ELECCIÓN. VENEZUELA EN LA ENCRUCIJADA ELECTORAL

Para elecciones presidenciales, la normativa consentiría la figura del candidato-presidente que permite la permanencia en el cargo del presidente durante una campaña para su reelección, doble figura facilitaría el desvío de los recursos públicos hacia las campañas electorales: inauguraciones de obras, cuñas de gestión de gobierno, uso del presupuesto de ministerios y empresas del Estado en actos de campaña, etc. Quizás el más alarmante de estos ventajismos es el acceso a medios de comunicación a través de las “cadenas”<sup>8</sup>. Según el Proyecto Monitor Electoral desarrollado por el Centro de Investigaciones de la Comunicación de la Universidad Católica Andrés Bello, Chávez logró acceder a 20 horas y 17 minutos durante el mes de agosto y 15 horas y 58 minutos durante el mes de septiembre antes de las elecciones presidenciales de octubre de 2012, esto adicionalmente a las publicidad contratada en medios<sup>9</sup>.

Pero las prácticas de ventajismo no se limitan a las plasmadas en la normativa electoral o al abuso de los recursos del Estado. Como explica Salamanca el ventajismo en Venezuela es “algo más complejo que el mero uso de los dineros e instalaciones de las instituciones públicas. Se trata de una acción concertada de los poderes públicos para apuntalar a un candidato-gobernante” (SALAMANCA, 2014, p.168).

El uso de los recursos del Estado por parte del partido gobernante y el andamiaje electoral no son los únicos que inclinan la balanza a favor del partido

---

2. Para la elección de cargos municipales y demás cuerpos colegiados de elección popular, la circunscripción electoral estará conformada por una parroquia o agrupación de parroquias contiguas y continuas.

3. Para la elección de los cargos señalados en los numerales anteriores, en los municipios o parroquias de alta densidad poblacional, las circunscripciones podrán conformarse en comunidades o comunas, **considerando la dinámica política**, económica, social y cultural de dichos espacios”, énfasis propio.

<sup>8</sup> Las cadenas son transmisiones simultáneas a través de todos los medios radioeléctricos de las alocuciones presidenciales. En éstas transmisiones el presidente inauguró obras de gobierno, presentó candidatos de su alianza, transmitió actos del Partido Socialista Unido de Venezuela.

<sup>9</sup> [http://200.2.12.132/drupal02/sites/default/files/Presentacion%20Monitor%2028\\_09%20v3%20s\\_n-1.pdf](http://200.2.12.132/drupal02/sites/default/files/Presentacion%20Monitor%2028_09%20v3%20s_n-1.pdf)

DOSSIÉ  
HÉCTOR BRICEÑO  
LA ÚLTIMA ELECCIÓN. VENEZUELA EN LA ENCRUCIJADA ELECTORAL

gobernante: CNE, TSJ, Fiscalía, Defensoría del Pueblo y la misma Asamblea Nacional también contribuyen en la misma dirección.

La inhabilitación de candidatos por parte de la Fiscalía y la Defensoría del pueblo son prácticas ya habituales que anteceden los procesos electorales. Así sucedió en pocos meses antes de las elecciones Regionales de 2008, las Parlamentarias de 2010 y para las Parlamentarias 2015. De igual manera la intervención del Tribunal Supremo de Justicia en partidos políticos. En 2012 el TSJ destituyó a la directiva del partido Patria Para Todos (PPT), organización que había sido aliada del gobierno hasta 2009, año en que salió de la alianza como consecuencia de la promulgación de la ley electoral en 2009. La nueva directiva nombrada por el TSJ en 2012 decidió retornar a la alianza chavista, donde se mantiene actualmente.

Historia similar ocurrió con el partido PODEMOS, el cuál tras oponerse a la propuesta de reforma constitucional del año 2007, se habría incorporado a la alianza opositora Mesa de la Unidad Democrática (MUD). Meses antes de la elección presidencial de 2012 el TSJ intervino el partido PODEMOS, nombrando una nueva directiva que decidió reincorporarse a la alianza chavista. Esta práctica se repite meses antes de las elecciones parlamentarias 2015 con el partido Movimiento Electoral del Pueblo (MEP).

Otro ejemplo lo encontramos en la Asamblea Nacional, que en diciembre 2014 solicita la intervención del TSJ en el nombramiento de autoridades del organismo electoral (CNE) tras la imposibilidad de conseguir un acuerdo de al menos 2/3 partes del parlamento. La intervención del TSJ ratificó en sus cargos frente al CNE para un nuevo período a dos rectores altamente cuestionados por la oposición, incluyendo la presidenta del organismo<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Ver: <http://politikaucab.net/2015/01/30/piev-reporte-especial-no05/>

La Asamblea Nacional también aprobó a mediados del 2015 la modificación de las proyecciones de población estimadas en 2012 por el Instituto Nacional de Estadística (organismo dependiente del Ministerio de Planificación); modificaciones afectaron la distribución del número de diputados a elegir en diversas circunscripciones electorales Parlamentarias. En todos los casos la redistribución aumentaba el número de diputados a elegir en circuitos de mayoría tradicional chavista, disminuyendo el número de diputados en bastiones opositores<sup>11</sup>.

### **Reflexiones finales**

El sistema electoral venezolano funcionó entre 1998 y 2013 sobre la base de 3 pilares: el liderazgo de Hugo Chávez, al boom petrolero más importante de la historia venezolana y la manipulación de la normativa electoral para favorecer a la alianza de gobierno.

Tras la muerte de Hugo Chávez en marzo de 2013 y la disminución del precio del barril de petróleo en los mercados internacionales, la lealtad hacia el partido de gobierno se ve altamente deteriorada. En una encuesta realizada por la Universidad Católica Andrés Bello en abril de 2015 sólo 51% de quienes votaron por Hugo Chávez en 2012 manifiestan intención de votar por la alianza de gobierno en las elecciones parlamentarias de diciembre 2015.

Las distintas variables aquí analizadas apuntan a que las principales razones por las que los electores apoyaron a la alianza del PSUV han desaparecido, disminuyendo su ventaja competitiva. Muy especialmente la desaparición de Hugo Chávez reforzará la emergencia de variables asociadas al voto económico, entendido éste como una manifestación del voto castigo (*accountability*) por las consecuencias de las políticas económicas desarrolladas por el gobierno. Chávez había creado “un

---

<sup>11</sup> Ver: <http://politikaucab.net/2015/04/17/piev-reporte-especial-no08/>

DOSSIÉ  
HÉCTOR BRICEÑO  
LA ÚLTIMA ELECCIÓN. VENEZUELA EN LA ENCRUCIJADA ELECTORAL

movimiento y un régimen muy personalistas, y su pronta e inesperada desaparición dejó un vacío inmenso. Sabido es que el ex teniente coronel eligió a Maduro porque no tenía muchas más opciones a su alrededor, lo cual fue responsabilidad de la prepotencia de Chávez que siempre aplastó a posibles líderes emergentes” (CORRALES, HIDALGO, 2013, p.78). De igual manera recobran fuerza la evaluación de la gestión de diputados, evaluación de las candidaturas y partidos, entre otras variables.

Por esta razón es muy probable que en las elecciones parlamentarias 2015 veamos la profundización de comportamientos iniciados en 2013: aumento de la abstención, aumento de la votación por partidos fuera de las grandes alianzas MUD y PSUV, y aumento de la volatilidad especialmente de la alianza de partidos gobernantes (PSUV-GPP).

Sin embargo, aunque que estos factores se manifiesten a nivel nacional, es difícil conocer cuál será el impacto en la configuración de la Asamblea Nacional ya que se trata ésta de una elección en 111 circunscripciones independientes, algunos de ellos con una ventaja 80-20 a favor del gobierno y otros 80-20 a favor de la oposición.

Lo que si parece seguro es que los procesos electorales del año 2013 representan los últimos de un ciclo que se inició en 1998, así como las elecciones parlamentarias de 2015 inician una nueva etapa (de inestabilidad electoral y política), en la que las variables “tradicionales” de mayor capacidad explicativa han desaparecido.

DOSSIÉ  
HÉCTOR BRICEÑO  
LA ÚLTIMA ELECCIÓN. VENEZUELA EN LA ENCRUCIJADA ELECTORAL

## Referencias

- BRICEÑO, Héctor. Reformas electorales y desproporcionalidad en las elecciones parlamentarias de 2010. *Cuestiones Políticas*, v.27, n.47, p.13-38, 2011. Disponível em: <<http://produccioncientificaluz.org/index.php/cuestiones/article/view/14583/14561>>
- BRICEÑO, Héctor. Reformas electorales y sus efectos en el sistema político venezolano 1999-2010. *Politeia*, Instituto de estudios Políticos, v.36, n.50, p.129-169, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=170035853006>>
- BP Statistical Review of World Energy. *BP Statistical Review of World Energy*, London: UK, 2014. Disponível em: <<http://www.bp.com/statisticalreview>>
- CORRALES, Javier; HIDALGO, Manuel. El régimen híbrido de Hugo Chávez en la transición (2009 – 2013), *Desafíos*, Bogotá: Colômbia, p.47-86, 2013.
- CORRALES, Javier; PENDFOLD, Michael. Manipulating Term Limits in Latin America. *Journal of Democracy*, v.25, n.4, p.157-168, 2014.
- DUCH, Raymond. Comparative studies of the economy and the vote. *Boix & Stokes*, The Oxford Handbook of Comparative Politics, Oxford, p.805-844, 2007.
- GÉLINEAU, François. Electoral accountability in the developing world. *Electoral Studies*, v.32, p.418-424, 2013.
- MOLINA V., José Enrique; PÉREZ B., Carmen. La democracia venezolana en una encrucijada: Las elecciones nacionales y regionales de 1998. *América Latina Hoy*, Salamanca, n.21, 2007. Disponível em: <[http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao\\_7359\\_em\\_25\\_06\\_2009\\_23\\_56\\_10.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao_7359_em_25_06_2009_23_56_10.pdf)>.
- SALAMANCA, Luis. Venezuela. El ventajismo electoral institucionalizado In: ALFARO, Francisco; VANOLLI, Héctor (Ed.). *Campañas electorales. Ventajismo y reelección presidencial en américa latina*, Caracas: Alfa, 2007.

# A ABERTURA DE CUBA E TRANSFORMAÇÕES DA ORDEM INTERNACIONAL

Carlos Frederico Pereira da Silva Gama

*Universidade Federal do Tocantins*

✉ carlosfredericopdsg@gmail.com

**Resumo:** *A abertura de Cuba é motivada por questões pragmáticas. Após o fim da União Soviética, restaram ao país poucas opções diante da oposição dos EUA, inicialmente intensificada e em seguida, atenuada. A passagem do poder para Raúl Castro e a eleição de Barack Obama criaram uma janela de oportunidade para a normalização das relações diplomáticas numa região estratégica.*

**Palavras-chave:** *Cuba, Estados Unidos, império, Guerra Fria, pragmatismo.*

**Abstract:** *Cuba's opening process is motivated by pragmatic reasons. After the demise of USSR, the country was left with few options facing USA's opposition – initially reinforced and then, relaxed. The smooth power transition from Fidel to Raúl Castro and Barak Obama's election created a window of opportunity for the normalization of diplomatic ties in this strategic region.*

**Keywords:** *Cuba, United States, empire, Cold War, pragmatism.*

The President has assured the people of Cuba that the only purpose of our government is to establish a stable and independent government upon the island

(William Jennings Bryan, *Republic or Empire*, 1899)

...we remain convinced the people of Cuba would be best served by genuine democracy, where people are free to choose their leaders, express their ideas, practice their faith; where the commitment to economic and social justice is realized more fully; where institutions are answerable to those they serve; and where civil society is independent and allowed to flourish

(John Kerry, *Remarks at Flag Raising Ceremony*, 2015)

DOSSIÊ  
CARLOS FREDERICO PEREIRA DA SILVA GAMA  
A ABERTURA DE CUBA E TRANSFORMAÇÕES DA ORDEM INTERNACIONAL

A abertura de Cuba – a normalização de suas relações exteriores com os vizinhos e particularmente, com os Estados Unidos – é um efeito direto do fim da Guerra Fria.

Na vigência da disputa entre duas superpotências por corações, mentes e áreas de influência, Cuba se tornou a ponta-de-lança da contestação da hegemonia norte-americana no hemisfério.

Depois de uma longa luta de independência contra o colonizador, a Espanha, Cuba passaria para o controle dos EUA no fim do século XIX, graças à Guerra Hispano-Americana (1898/1899). No começo de sua expansão imperial, os EUA obtiveram o controle de outros territórios como Guam, Porto Rico e as Filipinas. A primeira constituição cubana foi criada sob controle dos EUA em 1918 e continha a Emenda Platt – garantindo o “direito” de intervenção norte-americana na ilha caso a situação no país contrariasse interesses dos EUA. Adicionalmente, os EUA estabeleceram no sul da ilha a base naval de Guantánamo – tristemente famosa um século depois, tornada centro de detenção e tortura de prisioneiros inimigos na “guerra ao terror” deflagrada após os atentados terroristas de 11/09/2001 pelo presidente George W. Bush.

Mesmo com a revogação da Emenda Platt durante a década de 1930 – efeito da “*política de boa vizinhança*” do presidente Franklin Delano Roosevelt – Washington permaneceu dando as cartas em Havana, durante a longa ditadura de Fulgencio Batista (1933-1944 e 1952-1959) – que incluiu a colaboração com os Aliados durante a Segunda Guerra Mundial.

É nesse contexto que a guerrilha comandada por Fidel Castro se torna um problema para a política externa dos EUA. Sua luta principia na Sierra Maestra em 1953. Seis anos depois, os guerrilheiros comandados por Castro e pelo argentino Ernesto “Che” Guevara conquistariam Havana.

DOSSIÊ  
CARLOS FREDERICO PEREIRA DA SILVA GAMA  
A ABERTURA DE CUBA E TRANSFORMAÇÕES DA ORDEM INTERNACIONAL

O novo governo foi acolhido com cautela por Washington, no mandato de John Kennedy. O governo dos EUA ofereceu ajuda econômica a Havana, que a recusaria. Em 1961 o governo Castro se definiria oficialmente como “socialista” e ingressaria no bloco soviético, fazendo inclusive parte do COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua, a alternativa soviética ao Plano Marshall). A economia cubana era a única integrante do bloco fora da Europa, o que assegurou, por décadas, a sobrevivência do regime via trocas desiguais com a URSS. Não obstante, Cuba não integraria a aliança militar soviética, o Pacto de Varsóvia (1955-1990).

Após uma fracassada invasão a Cuba patrocinada pelos EUA em 1961 (o desembarque na Baía dos Porcos) Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos, por ser considerada uma “ameaça à segurança hemisférica”. Nessa época a URSS considerava que o posicionamento de armas estratégicas (mísseis nucleares) garantiria a segurança da ilha, dissuadindo novas invasões. A descoberta dos mísseis por fotos de satélite em 1962 colocaria o sistema internacional próximo de uma confrontação direta entre as superpotências, possivelmente com o uso de armamento nuclear. Os EUA de Kennedy declararam quarentena naval ao redor de Cuba e a URSS de Nikita Kruschnev ameaçou fazer uso pleno de seus armamentos caso suas naus fossem vítimas de agressão. Fracassadas as negociações na ONU, os governos de Moscou e Washington deliberaram conjuntamente aliviar a crise, com a retirada simultânea de mísseis nucleares de Cuba e Turquia. A soberania cubana foi assegurada nessa barganha memorável entre as superpotências.

Desde essa época, Cuba buscou exportar seu modelo revolucionário (conceituado por Guevara como “foquismo”). Recursos e know-how cubanos foram empregados em movimentos revolucionários na África (com destaque

DOSSIÊ  
CARLOS FREDERICO PEREIRA DA SILVA GAMA  
A ABERTURA DE CUBA E TRANSFORMAÇÕES DA ORDEM INTERNACIONAL

para Angola e Moçambique – ambos os países se tornariam independentes de Portugal na década de 1970) e América Latina. Cuba fazia, desde 1961, parte do rol dos estados considerados “patrocinadores de terrorismo” pelos EUA e era alvo de pesadas sanções econômicas que visavam estrangular o regime.

A lenta distensão da Guerra Fria nos anos 1970 – a Détente – viu simultaneamente a consolidação do regime cubano e o aumento de sua dependência (especialmente de petróleo, máquinas e bens de consumo) em relação à URSS. Em dificuldades econômicas nos anos 1980 e acossado pela competição militar com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Europa e com rivais socialistas (China e Vietnã) na Ásia, a URSS sob Mikhail Gorbachev iniciou dois processos de transformação: reformas econômicas (perestroika) e abertura política (glasnost).

Inicialmente repudiadas pelo regime cubano (que mantinha Fidel Castro como líder político do país), a perestroika e a glasnost foram parcialmente implementadas em Cuba à medida que o auxílio econômico-político da URSS diminuía. Com a queda de Gorbachev num golpe militar e a subsequente dissolução da União Soviética em 1991, Cuba ficou numa situação bastante precária. O fim da Guerra Fria foi interpretado como vitória do Ocidente capitalista, liberal e democrático – simbolizado pela superpotência restante, os EUA.

Fidel promoveu reformas econômicas limitadas entre 1992 e 1997 que permitiram o aumento do número de turistas e a criação de pequenos empreendimentos privados. Politicamente o regime pouco mudou, o que manteve o alheamento do sistema diplomático continental. Iniciativas limitadas de aproximação foram empreendidas com os países de língua espanhola no seio das conferências hispano-americanas e com a América Latina em particular. Ao

DOSSIÊ  
CARLOS FREDERICO PEREIRA DA SILVA GAMA  
A ABERTURA DE CUBA E TRANSFORMAÇÕES DA ORDEM INTERNACIONAL

mesmo tempo, os EUA aprovaram em 1996 a lei Helms-Burton, que sancionava empresas de países “ocidentais” que fizessem negócios em Cuba. Em 1998, o Papa João Paulo II visitou Cuba, quebrando um longo isolamento diplomático e sinalizando que a ilha buscava se reaproximar dos vizinhos sem, no entanto, fazer concessões políticas para tal.

A situação cubana melhorou no século XXI. A “*guerra ao terror*” isolou politicamente os EUA de George W. Bush e trouxe notoriedade à base naval de Guantánamo. Dentro dos EUA, a vitória eleitoral de Bush em 2000 foi grandemente contestada – tendo sido obtida na Flórida, então governada por seu irmão Jeb Bush, depois de uma polêmica recontagem. Bush foi maciçamente apoiado pela comunidade de cubanos expatriados pós-revolução de 1959. Vitórias eleitorais da esquerda latino-americana no Brasil, Bolívia, Argentina, Uruguai, Equador e Venezuela trouxeram novo ímpeto à normalização das relações com Cuba, tanto na OEA quanto nas recém-criadas UNASUL e ALBA. Investimentos brasileiros no governo Luiz Inácio Lula da Silva deram início à modernização do porto de Mariel – com potencial para se tornar um hub logístico transoceânico. Vale lembrar que o Brasil reatou relações diplomáticas com Cuba em 1986 (sob José Sarney) e iniciou investimentos na ilha no fim do século XX (sob Fernando Henrique Cardoso).

Em 2009, Fidel Castro iniciou uma gradual retirada do poder e transferiu funções para o irmão e colega de revolução, Raúl Castro (de perfil político mais moderado). Nesse mesmo ano, a OEA revogou a suspensão imposta a Cuba em 1961 – e o recém-eleito presidente dos EUA Barack Obama mostrou disposição para o diálogo (ainda que Cuba não tenha retornado à OEA, tampouco aberto canais de negociação).

DOSSIÊ  
CARLOS FREDERICO PEREIRA DA SILVA GAMA  
A ABERTURA DE CUBA E TRANSFORMAÇÕES DA ORDEM INTERNACIONAL

Com a participação decisiva do Papa Francisco I (argentino), Cuba sob Raúl Castro e os EUA de Obama (em seu segundo mandato) acordaram, no aniversário do Papa, 17 de Dezembro de 2014, normalizar suas relações diplomáticas. No ano seguinte, as embaixadas seriam reabertas e as restrições ao turismo, dramaticamente atenuadas (apenas no 1º semestre, cerca de 100 mil norte-americanos visitaram Cuba). Já modernizado, o porto de Mariel foi redefinido como uma Zona Especial de Exportação (ZEE), seguindo o modelo bem-sucedido das ZEE chinesas. Com atraso de 25 anos, a economia cubana se beneficia da ‘globalização’.

Obama foi hábil, ao se aproximar politicamente de Cuba e jogar para a oposição republicana (controladora das duas casas do Congresso) o ônus de decidir o fim das sanções econômicas. A reaproximação com Cuba foi medida importante do ponto de vista da integração econômica regional e abre um novo espaço de investimentos (à medida que a China concentra suas atenções na criação de um canal transoceânico alternativo ao Canal do Panamá – no caso, na Nicarágua).

O prolongamento do regime cubano (com a normalização de relações diplomáticas e possível afrouxamento das sanções) importou menos que ganhos potenciais. Washington se une ao rol de países que investe em Cuba, disputando espaço com o Brasil, China, Rússia e membros da União Europeia. Do ponto de vista doméstico, Obama desarma a oposição republicana (que tem nos expatriados cubanos um eleitorado fiel, capaz de decidir eleições apertadas como a de 2000) em vésperas de pleito presidencial, em 2016. E no plano regional, os EUA se aproximam de uma força política que tem ascendência sobre diversos grupos em luta no norte da América do Sul, especialmente na Colômbia (caso das FARC) – uma variável fundamental para manter a relação frutuosa entre os EUA

DOSSIÊ  
CARLOS FREDERICO PEREIRA DA SILVA GAMA  
A ABERTURA DE CUBA E TRANSFORMAÇÕES DA ORDEM INTERNACIONAL

e o país governado por Juan Manoel Santos, a economia que mais rapidamente cresce nas Américas. A intercessão de Cuba pode aliviar o esforço dos EUA em combater as guerrilhas e os narcotraficantes na região (materializado no Plano Colômbia de 2000).

A abertura de Cuba é motivada por questões pragmáticas. Após o fim da União Soviética, restaram ao país poucas opções diante da oposição dos EUA, inicialmente intensificada e em seguida, atenuada. A passagem do poder para Raúl Castro e a eleição de Barack Obama criaram uma janela de oportunidade para a normalização das relações diplomáticas numa região estratégica – o que já vem sendo manifestado por outros agentes regionais (como o Brasil) e outros (China e Rússia, membros dos BRICS). Do ponto de vista cubano, o que está em jogo é a própria sobrevivência do regime, num contexto de envelhecimento da liderança política e de incerteza econômica na persistência das sanções.

Ao seguir o exemplo de países da América do Sul como o Brasil, os EUA obtiveram (junto com a diplomacia da Santa Sé) um memorável trunfo. Cabe lembrar que os termos nos quais os acordos entre EUA e Cuba foram logrados ainda contém elementos de instabilidade e semelhanças com um passado nem tão remoto. Quanto à desativação de Guantánamo (bandeira de campanha de Obama) não há novidades. E a postura do Secretário de Estado John Kerry na cerimônia de hasteamento da bandeira norte-americana em Havana salpicou tintas imperiais num evento, à primeira vista, de reconhecimento mútuo da soberania de dois vizinhos com uma longa trajetória de conflitos.

DOSSIÊ  
CARLOS FREDERICO PEREIRA DA SILVA GAMA  
A ABERTURA DE CUBA E TRANSFORMAÇÕES DA ORDEM INTERNACIONAL

## Referências

BRYAN, William Jennings. Preface. In: BRYAN, William Jennings. *Republic or Empire? The Philippine Question*. Chicago: The Independence Company, 1899.

GAMA, Carlos Frederico Pereira da Silva. A reaproximação Estados Unidos-Cuba e a Política Externa Brasileira. *Boletim Mundorama*, 1999. Disponível em: <<http://mundorama.net/2014/12/23/a-reaproximacao-estados-unidos-cuba-e-a-politica-externa-brasileira-por-carlosfrederico-pereira-da-silva-gama/>>. Acesso em: 20 de Agosto de 2015.

KERRY, John. *Remarks at Flag Raising Ceremony*. 2015. Disponível em: <<http://www.state.gov/secretary/remarks/2015/08/246121.htm>>. Acesso em: 20 de Agosto de 2015.

# O USO ESTRATÉGICO DA CLÁUSULA DEMOCRATA DO MERCOSUL: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A VISITA DA COMITIVA BRASILEIRA À VENEZUELA EM JUNHO DE 2015.

Déborah Silva do Monte  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
✉ deborahsmonte@gmail.com

**Resumo:** *Após serem recebidos de forma hostil por apoiadores do presidente Nicolás Maduro em visita a Venezuela, o grupo de senadores brasileiros, dentre outras medidas de retaliação ao ocorrido, exigem que o governo questione o descumprimento da cláusula democrática do MERCOSUL pela Venezuela. O artigo tem como objetivo aclarar as algumas indagações que surgiram após este incidente, discorrendo sobre a influência da Cláusula Democrática sobre as interações no âmbito do MERCOSUL.*

**Palavras-chave:** MERCOSUL; Cláusula Democrática; Venezuela.

**Abstract:** *After being received with hostility for supporters of the president Nicolás Maduro during a visit in Venezuela, a group of brazilian senators demands, among other actions, that the brazilian government argues the breach of MERCOSUR's Democratic Commitment by Venezuela. This paper aims to clarify some questions that have emerged after this incident. It also discusses about the influence of the Democratic Commitment on the interactions in MERCOSUR's scope.*

**Key-words:** MERCOSUR; Democratic Commitment; Venezuela.

## Introdução

No dia 18 de junho uma comitiva de senadores brasileiros, liderada por Aécio Neves (PSBD-MG) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)<sup>1</sup>, desembarcou em Caracas para reunir-se com opositores do governo do presidente Nicolás Maduro. A existência de presos políticos, dentre eles o ex-prefeito de Caracas Antônio Ledezma<sup>2</sup>, foi um dos fatores que motivou a

---

<sup>1</sup> Os senadores Cássio Cunha Lima (PSDB), José Agripino (DEM), Ronaldo Caiado (DEM), Ricardo Ferraço (PMDB), José Medeiros (PPS) e Sérgio Petecão (PSD) também faziam parte de tal comitiva.

<sup>2</sup> O ex-prefeito de Caracas Antônio Ledezma participou, no dia 27 de outubro de 2009, de uma audiência

viagem. De acordo com os membros da comitiva, esta condição fere a defesa dos Direitos Humanos e da democracia na região.

Tal missão, contudo, fracassou devido ao bloqueio de uma via próxima ao aeroporto Simón Bolívar, que impediu que a comitiva chegasse ao presídio Ramo Verde, localizado nos arredores da capital venezuelana e onde alguns dos opositores se encontram presos. Além disso, o veículo que transportava o grupo de congressistas brasileiros foi cercado por manifestantes apoiadores de Maduro que demonstravam o descontentamento com a presença dos congressistas brasileiros, empunhando palavras de ordem em favor de Maduro e Chávez. Após o incidente, a comitiva embarcou de volta ao Brasil, exigindo que o governo brasileiro questionasse a atitude venezuelana, invocando a Cláusula Democrática do MERCOSUL. Nessa perspectiva, não apenas a existência de opositores políticos presos, como também as investidas contra a comitiva de senadores brasileiros, feriram os preceitos da democracia no Bloco, que são regidos pelo Protocolo do Ushuaia (comumente chamado de Cláusula Democrática).

O incidente provocou, ainda, outros questionamentos acerca dos limites para a atuação dos senadores brasileiros, que estariam se infiltrando em assuntos domésticos da política venezuelana, e o uso de tal visita como ferramenta política contra o governo da presidenta Dilma.

Diante destas indagações, o artigo busca analisar, ainda que brevemente, a Cláusula Democrática do MERCOSUL, destacando sua influência na dinâmica de interação no âmbito do Bloco.

O artigo organiza-se da seguinte maneira: na prima seção, intitulada “*A Cláusula Democrática do MERCOSUL*”, descreve-se o processo de institucionalização deste documento na normativa no Bloco, sublinhando suas características. A última seção, por sua vez, aborda a influência da

---

pública da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Este evento compôs o Ciclo de Debates sobre a adesão da Venezuela ao MERCOSUL que aconteceu nesta casa legislativa.

condicionalidade democrática no MERCOSUL, destacando o incidente dos senadores brasileiro na Venezuela em junho de 2015.

### **A cláusula democrática do MERCOSUL**

As Cláusulas Democráticas são fenômenos relativamente recentes. De acordo com Hoffman (2005), diversos organismos internacionais explicitaram a importância do respeito a valores como democracia, direitos humanos e o Estado de Direito, criando mecanismos de controle, supervisão e promoção de tais princípios. Seguindo a definição da autora, entende-se que a Cláusula Democrática de um processo de integração regional – como o MERCOSUL – é um instrumento presente “nos tratados constituintes que condiciona seus Estados-partes a possuírem regimes democráticos” (HOFFMANN, 2005, p.84).

O MERCOSUL, fundado em 1991, teve seu nascimento fortemente influenciado pelos processos de democratização/redemocratização ocorridos na América do Sul, naquele período (MALAMUD, 2003). Embora não conste no Tratado de Assunção (1991), instrumento fundamental do Bloco, nenhuma referência explícita à democracia, entende-se que os valores democráticos influenciaram, desde o início, a sua formação.

A incorporação da Cláusula Democrática ao MERCOSUL se deu de forma gradativa, sendo que alguns documentos trataram da questão até a institucionalização da Cláusula Democrática pelo Protocolo de Ushuaia. O primeiro movimento em direção à adoção de uma condicionalidade democrática se deu na Declaração Presidencial da Segunda Cúpula do MERCOSUL, conhecida como Declaração de *Las Leñas*, em junho de 1992. O texto do documento afirma que “Os Presidentes ratificaram que a plena vigência das instituições democráticas é um suposto indispensável para a existência e o desenvolvimento do MERCOSUL.” (MERCOSUL, 1992).

DOSSIÊ  
DÉBORAH SILVA DO MONTE  
O USO ESTRATÉGICO DA CLÁUSULA DEMOCRATA DO MERCOSUL

O segundo movimento aconteceu em 25 de julho de 1996, quando se reforçou a importância da manutenção da ordem democrática de maneira mais clara e enfática por meio da Declaração sobre o Compromisso Democrático no Mercosul. Segundo tal documento, “A plena vigência das instituições democráticas e o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais são condições essenciais para a vigência e evolução do processo de integração entre as Partes.” (MERCOSUL, 1996).

A Cláusula Democrática foi formalmente anexada ao Tratado de Assunção pelo Protocolo de Ushuaia, assinado em 24 de julho de 1998 e em vigor desde janeiro de 2002. O Protocolo postula que:

ARTIGO 1. A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados- Partes do presente Protocolo.  
ARTIGO 2. O presente Protocolo se aplicará às relações que decorram dos respectivos Acordos de Integração vigentes entre os Estados- Partes do presente protocolo, no caso de ruptura da ordem democrática em algum deles (MERCOSUL, 1998).

O Protocolo de Ushuaia institui sanções – que passam por consultas, suspensão do direito de participação no processo decisório e suspensão dos direitos e obrigação da integração – que deverão ser aplicadas ao país que passar por ruptura da ordem democrática. Esta implicação demonstra a grande atenção dada às instituições domésticas dos países membros (MONTE, 2015).

Por fim, a Cláusula Democrática foi novamente retomada nas discussões sobre as normas do MERCOSUL através da Decisão nº 27/11 do Conselho do Mercado Comum em que se aprovou o texto do Protocolo de Montevideu – conhecido também como Ushuaia II. Este documento foi assinado em 20 de dezembro de 2011 e atualiza os mecanismos de consulta entre os países membros e enrobustece as obrigações lançadas pelo Protocolo de Ushuaia. Vale destacar que o Ushuaia II ainda se encontra

em discussão nos Legislativos de alguns dos signatários e, por isso, não foi anexado à norma do MERCOSUL (MERCOSUL, 2011).

Compreender como a Cláusula Democrática influencia na interação entre os membros do MERCOSUL condiciona considerar o conceito de integração regional. De acordo com Hass (1970) este é um processo em que "[...] os Estados deixam de ser unicamente soberanos e [...] voluntariamente se fundem e se misturam com seus vizinhos, perdem os atributos factuais de soberania enquanto adquirem novas técnicas para a resolução de conflitos entre eles" (HASS, 1970, p.610)<sup>3</sup>. Este conceito permite afirmar que há integração regional quando se compartilha soberania em áreas e existem instituições que permitem a tomada de decisão no âmbito da integração e a resolução de conflitos entre os membros (MONTE, 2015).

Vale destacar, ainda, que o MERCOSUL apresenta diversas particularidades quando comparado com a União Europeia – processo de integração que inspirou a maioria das teorias sobre integração regional. Segundo Malamud (2003), a integração mercosulina, mesmo em face de um déficit de instituições regionais de caráter supranacional<sup>4</sup>, tem sobrevivido graças a um traço institucional doméstico dos seus Estados membros, quer seja: o perfil das presidências nacionais. A região destaca-se por possuir Presidencialismos de Coalizão, que se caracterizam, dentre outras coisas, por possuírem Poderes Executivos com grandes atribuições legislativas.

Nesta perspectiva, da mesma forma que a democratização deu corpo à integração mercosulina, as ações dos presidentes garantiram ao MERCOSUL

---

<sup>3</sup> The study of regional integration is concerned with explaining how and why states cease to be wholly sovereign and [...] voluntarily mingle, merge, and mix with their neighbors so as to lose the factual attributes of sovereignty while acquiring new techniques for resolving conflict between themselves.

<sup>4</sup> Entendem-se como instituições supranacionais aquelas que representam o organismo internacional e não os Estados que o compõe, possuem regra da maioria em seus processos decisórios, e são regidas pelo Direito Comunitário. As instituições intergovernamentais, por sua vez, são aquelas concebidas como instrumentos de facilitação para implementação de acordos de cooperação entre os Estados. Caracterizam-se s por possuírem regra decisória da unanimidade e por serem regidas com normas pertencentes ao direito internacional (COUTINHO; HOFFMANN; KFURI, 2007). Nota-se que, a depender do tipo de instituição, um maior (nas supranacionais) ou menor (nas intergovernamentais) nível de soberania é compartilhado entres os estados (MALAMUD, 2003).

a flexibilidade necessária para se desenvolver, mesmo com déficits institucionais e normativos. Entende-se, assim, que o MERCOSUL

[...] difere grandemente da União Europeia no sentido que não apresenta um padrão de institucionalização crescente a nível supranacional, *mas progride através de mecanismos intergovernamentais, de uma forma mais politizada, como oposição ao padrão institucionalizado*. A hipótese avançada aqui sugere que o MERCOSUL poderia ser parcialmente explicado pelas definições institucionais domésticas que os países membros apresentam [...]. A conclusão é que as instituições nacionais, em oposição às supranacionais, podem fornecer bases eficazes para integração regional (MALAMUD, 2003, p. 69) <sup>5</sup>.

Além desta particularidade do MERCOSUL, destaca-se que, apesar de instituir a necessidade de instituições democráticas para o desenvolvimento do processo de integração, o Protocolo de Ushuaia não define o conceito de democracia que informa sua observância pelos países membros do MERCOSUL. Este fato permite afirmar que, a depender do interesse dos atores, a Cláusula Democrática pode ser utilizada de maneira estratégica<sup>6</sup>, mobilizando diferentes definições de democracia<sup>7</sup>. A próxima seção conclui o artigo ao analisar de maneira sucinta o incidente de junho de 2015 à luz das características do MERCOSUL e de sua Cláusula Democrática.

### Considerações finais

A viagem da comitiva de senadores brasileiros, em sua grande maioria membros do grupo de oposição ao governo da presidenta Dilma, embarcou

---

<sup>5</sup> Mercosur differs widely from the European Union in that the former does not present a pattern of increasing institutionalization at a supranational level, but progresses through inter-governmental mechanisms, in a more politicized, as opposed to institutionalized, shape. The hypothesis advanced here suggests that the above could be partially explained by the domestic institutional settings that the member countries [...]. The conclusion is that national, as opposed to supranational, institutions can provide effective bases for regional integration.

<sup>6</sup> Esta breve análise utiliza as considerações do novo institucionalismo da escolha racional sobre estratégia. Considera-se uso estratégico a organização dos meios adequados para a consecução de certos fins (BARRY; HARDIN, 1982, p. 371). Neste sentido, a Cláusula Democrática pode ser uma ferramenta de organização dos meios para consecução de determinados objetivos.

<sup>7</sup> Este é o argumento da dissertação, de minha autoria, intitulada “**Democracia e os movimentos de integração regional: a influência da cláusula democrática no MERCOSUL.**”, defendida em abril de 2015.

com o discurso de que estavam em uma missão “[...] política, e talvez também diplomática [...]” com o objetivo de reclamar as liberdades individuais, a realização de eleições idôneas e competitivas, e a libertação dos presos políticos na Venezuela (NEVES, 2015).

Retoma-se, aqui, o argumento de que as relações no âmbito do MERCOSUL são mais politizadas do que institucionalizadas, e possuem caráter predominantemente intergovernamental. De acordo com conceito de integração regional cunhado por Hass (HASS, 1970), se há integração, há compartilhamento de soberania em áreas específicas. Neste sentido, a existência de uma Cláusula Democrática no Bloco transfere, ainda que minimamente, parte da discussão política doméstica para o nível regional. Desta forma, ainda que cause certa estranheza a ingerência dos senadores brasileiros em assuntos da política interna da Venezuela, o Protocolo de Ushuaia legitima, ainda que minimamente, essa ação.

Entretanto, retoma-se que a Cláusula Democrática do MERCOSUL instaura a necessidades de instituições democráticas nos países que compõem a integração, sem, contudo, definir qual o conceito de democracia informa sua observância. Esta característica possibilita que diversos atores mobilizem-na de maneira estratégica, de acordo com seus interesses, por diferentes definições de democracia. Exemplos mais robustos deste uso estratégico da Cláusula Democrática do MERCOSUL podem ser observados no processo de adesão da Venezuela e de suspensão do Paraguai após o golpe parlamentar contra o ex-presidente Fernando Lugo em 2012. Neste novo evento, percebe-se que na fala de Aécio que governo e oposição atribuem à Cláusula Democrática diferentes conceitos de democracia e, por isso, a questão da Venezuela suscita tamanha polêmica.

Pode-se perceber que, devido às características institucionais e normativas do MERCOSUL, a Cláusula Democrática é utilizada não só como

um instrumento para ação estratégica dos atores no âmbito da integração mercosulina (MONTE, 2015), e também como ferramenta da oposição para contestar as diretrizes da política externa brasileira no segundo mandato de Dilma Rousseff.

## Referências

- BARRY, Brian; HARDIN, Russel. *Rational Man and Irrational Society*. New Deli: SAGE Publications, 1982.
- COUTINHO, Marcelo; HOFFMANN, Andrea Ribeiro; KFURI, Regina. Raio X da Integração Regional. *Estudos e Cenários*, p.1-58, 2007. Disponível em: <[http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/1\\_estudosecenarios\\_Estudos\\_Coutinho\\_Ribeiro\\_Kfuri.pdf](http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/1_estudosecenarios_Estudos_Coutinho_Ribeiro_Kfuri.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2014.
- HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Avaliando a Influência das organizações regionais de integração sobre o caráter democrático dos regimes de seus Estados-partes: o caso do MERCOSUL e o Paraguai. *Cena Internacional*, n.2, p.88-89, 2005.
- MALAMUD, Andrés. Presidentialism and Mercosur: A Hidden Cause for a Successful Experience. In: LAURSEN, Finn (Ed.). *Comparative Theoretical Perspectives*. Aldershot: Ashgate, 2003.
- MERCOSUL. *Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no Mercosul*. 1996. Disponível em: <[http://www.mercosur.int/innovaportal/file/4677/1/cmc\\_1996\\_acta01\\_declarapresiden\\_pt\\_compdemocratico.pdf](http://www.mercosur.int/innovaportal/file/4677/1/cmc_1996_acta01_declarapresiden_pt_compdemocratico.pdf)>. Acesso em 15 set. 2014.
- MERCOSUL. *Protocolo de Montevideú. Protocolo de Montevideú sobre Compromisso com a Democracia no Mercosul (Ushuaia II)*, 2011. Disponível em: <[http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2486/1/ushuaia\\_ii.pdf](http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2486/1/ushuaia_ii.pdf)>. Acesso em: 04 ago. 2013
- MERCOSUL. Protocolo de Ushuaia (1998). In: *MERCOSUL: legislação e textos básicos*. 5ª. ed. Brasília: Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2011, p.656.
- MERCOSUL. Tratado de Assunção (1991). In: *MERCOSUL: legislação e textos básicos*. 5ª. ed. Brasília: Senado Federal. *Secretaria Especial de Editoração e Publicações*, p.656, 2011.
- MONTE, Déborah Silva do. *Democracia e os movimentos de integração regional: a influência da cláusula democrática no MERCOSUL*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, p.167, 2015.
- NEVES, Aécio. *Embarque para a Venezuela- 18/06/2015*. Youtube. 18 de junho de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Be3F33X7ok>. Acesso em 7 de julho de 2015.

## POLÍTICA E SOCIEDADE NA RÚSSIA ATUAL

Fabiano Mielniczuk  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*  
✉ fpmiel@gmail.com

Larlecianne Piccolli  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*  
✉ larlecianne.piccolli@fsg.br

**Resumo:** *O presente artigo situa historicamente a emergência de Vladimir Putin como principal líder russo, de modo a tornar possível a compreensão dos contornos políticos e sociais da Rússia atual. A dinâmica na relação entre a Rússia e o Ocidente também é explorada para entender esse processo.*

**Palavras-Chave:** *Rússia, Putin, Gosudarstvennost, Relações Rússia-Occidente.*

**Resumen:** *El presente trabajo situa historicamente la emergencia de Vladimir Putin como el principal líder ruso, con la finalidad de hacer posible la comprensión de los contornos políticos e sociales de la Rusia de hoy. La dinámica de las relaciones entre Rusia y Occidente también se explora para la mejor comprensión del proceso.*

**Palabras Clave:** *Rusia, Putin, Gosudarstvennos, Relaciones Rusia-Occidente.*

A compreensão da situação político-social da Rússia de hoje exige um breve entendimento sobre o processo de formação do modelo de democracia estabelecido por Vladimir Putin a partir dos anos 2000. Frente ao cenário de instabilidade crônica dos anos 1990, Putin assume o poder e estabelece o que viria a ser conhecido como uma "democracia administrada" ou "democracia soberana", reorganizando as instituições do país e recentralizando o poder com reformas constitucionais que diminuíram a importância das regiões da Federação Russa. Neste sentido, se por um lado as rígidas medidas políticas estabelecidas colocaram à prova os rumos do processo democrático e das liberdades civis, por outro alavancaram uma retomada da autoconfiança nacional e da credibilidade no país.

Essas mudanças só fazem sentido à luz da comparação entre os anos 1990 e os 2000. Como narra Segrillo (2014), no período de Yeltsin a adesão incondicional aos princípios da economia de mercado, com a adoção da "terapia do choque" para liberalização dos preços e o programa de "privatização por cupons," afundou o país na pior crise de sua história. A radicalização política que se seguiu resultou no ataque militar ao parlamento, onde as forças nacionalistas e comunistas bloqueavam a aprovação de uma constituição favorável ao governo. A partir de então, Yeltsin passou a depender do apoio de uma nova elite russa, os oligarcas, cujo controle sobre os principais setores da economia do país lhes conferia poder político considerável. À catástrofe dos indicadores econômicos se somaram ameaças separatistas internas, como a eclosão da primeira guerra da Chechênia. Sofrendo com as críticas da oposição, Yeltsin abandona sua postura liberal pró-ocidental e se aproxima dos oligarcas para vencer as eleições de 1996. Seu segundo governo é marcado por escândalos de corrupção recorrentes e pela troca freqüente dos primeiros-ministros, dada a complexidade em atender aos interesses de sua base de sustentação. A proliferação de partidos políticos e a influência dos oligarcas no governo aumentou a sensação de desamparo da população, que recebera o golpe de misericórdia com a crise do rublo em 1998 e seus efeitos na já cambaleante economia russa.

É neste contexto conturbado que emerge Vladimir Putin. De primeiro-ministro pouco conhecido a presidente-interino após a renúncia de Yeltsin foram apenas alguns meses. De presidente interino à presidente eleito se passaram alguns outros, marcados pelo reinício da segunda guerra da Chechênia e pela projeção de Putin como um líder capaz de tomar as rédeas do país. Essa imagem foi fortalecida na guerra travada contra os oligarcas, forçados a vender seu controle acionário de empresas estratégicas ao Estado russo em meio a acusações de irregularidades em sua aquisição e gestão. Além disso, Putin promoveu reformas institucionais que conferiram mais poder a Moscou em detrimento das regiões. O ressurgimento do Estado na vida econômica e política coincidiu com a alta no preço do petróleo, e

em pouco tempo a economia russa voltou a crescer. Os russos, que até então penavam no processo de transição para o capitalismo, viram o projeto liberal ser posto de lado e começaram a desfrutar de estabilidade política e crescimento econômico sob um líder cujo estadismo era a marca central (SEGRILLO, 2014).

Os contornos do governo Putin ficaram claros em 2012, quando Putin dirigiu-se à população da Rússia durante a campanha para sua terceira eleição em um documento conhecido como o "Manifesto do Milênio," e identificou que o vazio na sociedade seria superado apenas com a retomada dos valores tradicionais, de modo que a nação russa fosse reconstruída. Para tanto, elencou quatro elementos fundamentais: 1) *patriotismo integrativo*, não se referindo apenas a um sentimento de nacionalismo, mas sim englobando convicções de orgulho da diversidade russa, de sua história e de sua posição no mundo; 2) *gosudarstvennost* (estadismo), a nação deveria ser sustentada a partir de uma autoridade política forte, capaz de manter a integridade, a ordem interna e afirmar os interesses externos do país; 3) *patriotismo pragmático*, a nação deve ser supra étnica, constitucionalmente homogênea e sem espaços para segmentações regionalistas; 4) *solidariedade social*, uma nação socialmente justa, prezando pelo bem-estar da população (SAKWA, 2008). Aos russos a ideia de uma ligação orgânica entre Estado e sociedade, principalmente em se tratando de um estado centralizado, é vista como meio natural para o desenvolvimento e crescimento do país, a centralidade e a autoridade estatal são aceitos pelo cidadão comum.

A partir da noção de *gosudarstvennost*, entende-se por que ações consideradas “antidemocráticas” pela comunidade internacional, não são vistas dessa maneira pela sociedade russa. Por isso, faz sentido que a popularidade e a confiança em Putin cresçam concomitantemente a ações assertivas introduzidas por ele no governo, de modo que sua aprovação entre os russos tenha alcançado aproximadamente 85%, mesmo em estimativas feitas por instituições de opinião pública ligadas ao Ocidente.

A essência da *gosudarstvennost* é perceptível também na política externa russa. Historicamente dividida entre os pró-ocidentais os eslavófilos, Putin foi capaz de articular uma política externa que incorporasse elementos de ambas as correntes por meio da ênfase em aspectos específicos da situação geopolítica da Rússia, que a colocam como uma nação eurasiática. Nesse contexto, o papel do Estado continua fundamental. Além de ser o elo de ligação entre o mundo Europeu Ocidental e o mundo Asiático, o Estado russo teria de atuar para controlar as ameaças representadas por esses dois extremos.

Do lado Ocidental, há sempre o risco de corrosão dos valores da sociedade russa pelo liberalismo individualista e pela excessiva ênfase em práticas culturais de destoam da tradição ortodoxa, vide às polêmicas acerca da existência de ONGs ocidentais na Rússia ou dos estereótipos que cercam o tratamento aos homossexuais. Ademais, essa incursão ocidental é vista como uma ameaça de segurança quando Estados patrocinados pelo ocidente recorrem à guerra, como nos casos da Geórgia, em 2008, e da Ucrânia, atualmente. Do lado Asiático, há a ameaça do fundamento islâmico na Ásia Central, que durante anos esteve associado às ações terroristas na Chechênia e que só após o 11 de setembro passaram a ser tratadas como um problema do Ocidente. Os planos para a construção de um califado fundamentalista pela força surgiram primeiro entre os guerrilheiros chechenos. Agora o mundo passou a conhecer essa novidade na prática na região situada entre o Iraque e a Síria.

A ambiguidade entre Ocidentalismo e Eslavofilia também se faz notar na composição dos governos de Putin. Sua opção por ter em seu governo representantes de ambas as correntes deriva da necessidade de ter opções para avançar no caminho que julga melhor para a Rússia. Putin é um pragmático. Medidas anti-ocidentais são, muitas vezes, resultados de ações Ocidentais tidas como contrárias aos interesses do Estado. Sob essa luz, é possível compreender a ascensão de uma nova classe média na Rússia que pressiona por reformas, as quais, aos poucos, estão

sendo atendidas. O ritmo e a densidade dessas reformas vão depender, em contrapartida, do modo como a elite política russa interpreta as ações ocidentais que afetam o país. De todo modo, qualquer análise da Rússia hoje necessita de uma incursão no legado histórico-cultural do país: a “democracia soberana” de Putin não é uma anomalia social, mas sim um retorno à “normalidade” dos padrões históricos russos.

### **Referências**

- SAWKA, R. *Putin: Russia's Choice*. New York: Routledge, 2008.  
SEGRILLO, A. *De Gorbachev a Putin: A Saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo*. Curitiba: Prismas, 2014.

## A POLITIZAÇÃO DE UM DEBATE ACADÊMICO

Gláucio Soares  
*Instituto de Estudos Sociais e Políticos*  
✉ soares.glaucio@gmail.com

Bárbara Gabriela Santos de Sá  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

**Resumo:** Na terça-feira, 16 de dezembro de 2014, Rodrigo Almeida, jornalista, doutor em Ciência Política, em seu blog, Pensata, publicou “Estatuto do Desarmamento que bancada da bala tenta revogar ajudou a salvar 121 mil vidas”. Em poucas horas foram recebidos centenas de comentários, quase todos negativos e muitos violentos. A análise dos textos revela que se enquadram na dualidade “Bem” versus “Mal” e a temporalidade sugere coordenação: 97% dos comentários foram feitos no mesmo dia em que o artigo foi publicado. Em contraste, outra matéria na área da Segurança Pública impressa no Estado de São Paulo, apenas 30% dos comentários foram recebidos no primeiro dia.

**Palavras Chave:** Estatuto do Desarmamento, segurança pública, bots, campanha viral, negative network marketing

**Abstract:** On Tuesday, December 16, 2014, Rodrigo Almeida, published in his blog, Pensata, “Estatuto do Desarmamento que bancada da bala tenta revogar ajudou a salvar 121 mil vidas”, based on an article by Gláucio Soares and Daniel Cerqueira. Using mortality data and powerful statistics, the article contends that the gun-control statute enacted in the last day of 2003 saved 121 thousand lives until 2013. Within hours the blog received circa half a thousand comments, all negative and many violent with a handful of exceptions. The textual analysis of comments reveals that they fall in the standard duality “Good” versus “evil”, where unarmed loyal citizens were threatened by armed criminals. A cursory time analysis suggests coordination: 97% of all comments were made on the same day in which the article was published. In contrast, only 30% of all comments on another publication on Public Safety in São Paulo, were received on the first day. The ideological character of the comments can also be detected in the matters carefully avoided, suicide and accidents with firearms. Not a single mention, in spite of the numerical significance of these types of death with firearms. Evidence points to a concerted effort, possibly also using bots, by the “lobby da bala”, the gun lobby.

**Key-words:** gun-control statute, public security, bots, viral campaign, negative network marketing

OPINIÃO  
GLÁUCIO SOARES & BÁRBARA DE SÁ  
A POLITIZAÇÃO DE UM DEBETE ACADÊMICO

Há perto de um ano, Nick Bilton, um jornalista, revelou ao *New York Times* como comprou, com poucos dólares, amigos, seguidores e curtidas no *Facebook*.<sup>1</sup>

Os “bots” – apelido de “robots” – são comuns em sites de venda e avaliação de produtos. Eles não se limitam a comentários falsos, positivos ou negativos, uma forma ilegal de marketing, mas aparecem em páginas de jornais, revistas e blogs e, principalmente, em redes sociais.

No fim do ano passado, durante as campanhas eleitorais, a utilização de *bots* foi denunciada. Ela é parte de estratégias políticas que invadem o mundo das redes. Entre as mais comuns se destacam a derrubada de páginas ou postagens do candidato oposto e uma avalanche de comentários negativos e repetitivos. O LABIC, Laboratório de Imagem e Cibercultura da UFES demonstrou, a partir da análise de clusters como os perfis falsos baseados em bots influenciaram a discussão na web durante uma sabatina com presidenciáveis em 2014. Segundo Malini, há padrões identificáveis na atuação desses bots. Um dos mais comuns é a produção contínua de mensagens de agressão e oposição a este ou aquele candidato.

Considerando que há interesses políticos e econômicos consideráveis dos produtores de armamentos e munições em tudo o que incluir o controle de armas e o desarmamento, é de esperar que usem recursos como os bots, e/ou que mobilizem grupos de simpatizantes em estado de alerta, ou, ainda, redatores pagos e empresas especializadas. Foi o que aconteceu quando jornais e sites publicaram resultados de pesquisas que mostravam que a proliferação das armas de fogo aumenta muito o número de mortes e que o Estatuto do Desarmamento salvara muitas vidas, 121 mil de acordo com estimativa que fiz com Daniel Cerqueira. Não obstante, é reveladora a análise dos repetitivos discursos agressivos e dos conjuntos de palavras em comentários de jornais ou blogs que aparecem do nada quando estes publicam sobre

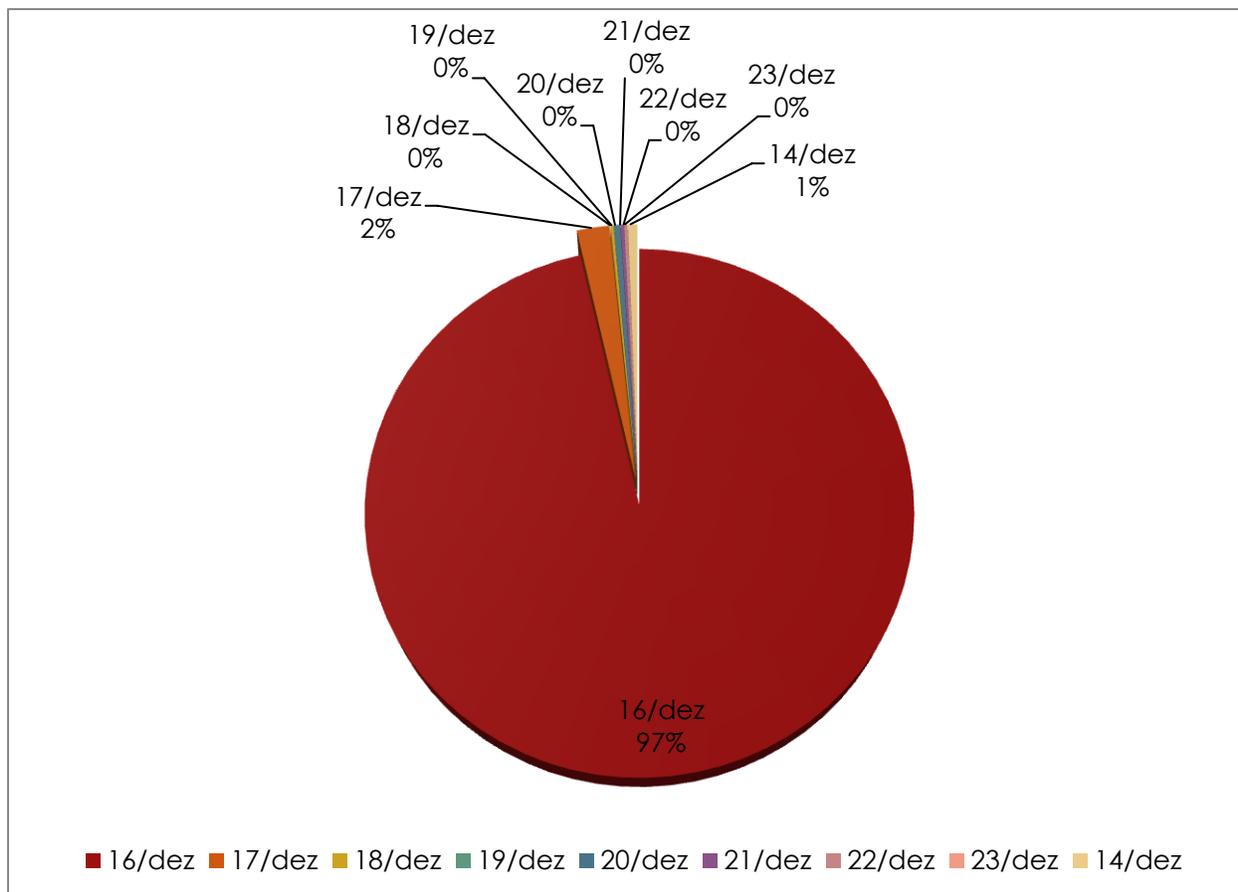
---

<sup>1</sup> A matéria foi traduzida e republicada no Brasil em <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2014/05/1452055-sites-vendem-amigos-seguidores-e-curtidas-nas-redes-sociais.shtml>.

OPINIÃO  
GLÁUCIO SOARES & BÁRBARA DE SÁ  
A POLITIZAÇÃO DE UM DEBETE ACADÊMICO

assuntos que envolvam estes interesses. É o caso dos comentários a uma de duas publicações que divulgaram resultados de pesquisas que contrariam os interesses da indústria e do comércio de armas e munições. Convidamos os leitores a ler os comentários feitos após a divulgação das notícias. Primeiro, os feitos em 16 de dezembro de 2014, quando um colega publicou no seu blog jornalístico matéria sobre o controle de armas, com dados de pesquisa que mostravam o êxito do Estatuto do Desarmamento: em pouco tempo recebeu muitos comentários, quase todos negativos, em um total de 454;<sup>i</sup> posteriormente, no dia 29 de julho, Danielle Villela cobriu várias pesquisas apresentadas no Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, inclusive as estimativas do número de vidas poupadas pelo Estatuto do Desarmamento. Recebeu apenas 56 comentários<sup>ii</sup>, que seguiram cronologia diferente. Os comentários à matéria publicada em Pensata, muito mais numerosos, se concentraram no primeiro dia (97%), o que contrasta com os feitos à matéria publicada no Estadão (39%). As estatísticas revelam quão diferentes são as cronologias: o  $\chi^2$  de Pearson, com um grau de liberdade, é 225,936 ( $p=0$ ). O R de Pearson, medida de associação baseada no  $\chi^2$  não deixa dúvida: 0,62 ( $p= 0$ ). As diferenças nas publicações estão associadas às diferenças nas cronologias dos comentários.

**Gráfico I - Dias em que os comentários foram feitos**



Fonte: Pensata, dezembro de 2014.

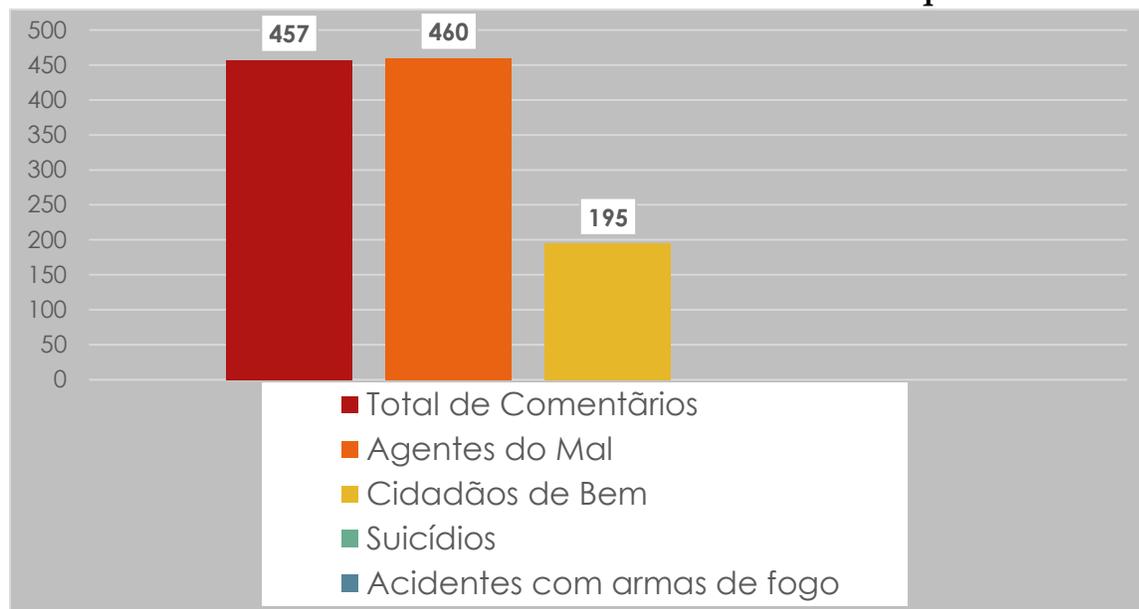
Não obstante, é possível ir além das cronologias: a análise de textos revela a estrutura do pensamento e dos interesses de quem orienta a organização desses comentários. A simples análise dos comentários diz muito a respeito de quem os escreveu, sejam robôs ou pessoas, ou combinações dos dois, e sobre o que seus autores querem que os leitores pensem. Todos sabemos que há empresas especializadas em *negative network marketing*. Há, também, grupos de interesses organizados que podem ser rapidamente acionados graças à internet. Porém, como os criminosos, deixam pistas. É importante analisar não apenas o que incluem, mas também o que excluem. As ausências são pistas importantes.

OPINIÃO  
GLÁUCIO SOARES & BÁRBARA DE SÁ  
A POLITIZAÇÃO DE UM DEBETE ACADÊMICO

Construímos dois *corpora* com os comentários. Fizemos uma análise do conteúdo utilizando o TextStat.<sup>iii</sup> Vejamos a matriz de quem escreve esses comentários, robôs e/ou humanos, concentrando-nos nos feitos à matéria divulgada no Pensata.

O que incluem? O mais notável é a clássica dualidade forçada, de bem versus mal. Vejam os lemmas: Bandid\* surgiu nada menos do que 379 vezes, criminos\* surgiu 56, além de 47 referências a vagabund\*,<sup>iv</sup> ao passo que o “de/do bem”, as pessoas de bem, os cidadãos de bem aparecem 195 vezes\*\*\* (“bem” é diferente de “de bem”) vezes, fechando essa visão. A mensagem que querem transmitir: os cidadãos de bem, prejudicados pelo ED, versus bandidos armados. A dualidade do Bem contra o Mal.

**Gráfico II - Estrutura do Pensamento aqui**



Fonte: Elaboração própria.

E os autores da pesquisa (nós)? Como parte da visão maniqueísta que querem inculcar nos leitores, surgem a mentira (mentir\*), com 103 “hits”, honest\*, com mais 40, fals\* (falso, falsidade etc.) agregam mais onze. Burr\* (burro, burrice etc.) não era parte central da estratégia, surgindo em dezoito ocasiões – menos de 0,1% das quase 38 mil palavras.

E as ausências?

*Os 454 comentários feitos no fim de 2014 não incluem uma só vez a palavra suicídio e apenas duas vezes o lemma acidente\*, porém ambos referentes a acidentes de trânsito, nenhum referente a acidentes com armas de fogo.*

Não obstante, todos os anos milhares de brasileiros perdem suas vidas em acidentes e suicídios com armas de fogo. Por conveniência política (e econômica, por parte das empresas que fabricam armas e munições) foram deletados. Fossem pessoas independentes, ainda que minimamente informadas, saberiam que as armas de fogo matam de várias maneiras, inclusive através de acidentes e suicídios. A mesma ausência, deliberada, de menções a suicídios e acidentes é notável nos comentários ao artigo do Estado de São Paulo: 4.244 palavras e nem uma menção a qualquer dos dois. Nada.

A mentira atribuída a nós esbarra nos dados e nos gráficos. Como não há dados e gráficos contrários, cabe denegrir os apresentados pelos pesquisadores, levando a que todas as referências a dados, gráficos e estatísticas sejam negativas. Exemplos (*verbatim*):

Pesquisa e gráfico mentiroso. Como sempre o Brasil prega a propaganda de Josef Goebbels (onde uma mentira colocada como verdade várias vezes acaba se tornando verdade)<sup>v</sup>

com certeza gráfico mentiroso e tendencioso > feito p/pessoas que quer o POVO desarmado, dependente e com medo do governo

Aquele gráficozinho engana muitos, mas não a todos.

Esta mais do que provado, em tudo o mundo, onde se pode comprar armas a criminalidade diminui, é só pesquisar em organizações sérias e não nesta poircaria que divulga dados sem valor científico ou estatístico.

Quando se quer passar uma ideia errada para leigos, o principal argumento são as “comprovações científicas (com resultados vendidos é claro!).

Matéria enviesada, ideologicamente financiada e sem nenhuma base científica ou ao menos empírica sobre o tema, mas enfim, falar besteiras todos têm direito...

OPINIÃO  
GLÁUCIO SOARES & BÁRBARA DE SÁ  
A POLITIZAÇÃO DE UM DEBETE ACADÊMICO

Um dos objetivos da campanha viral transparece numa das afirmações: “Mas pelos comentários em massa parece que não estão tendo sucesso em promover esta mentira deslavada.”. Essa é, precisamente, a impressão que querem causar e quem a redigiu “entregou” que tinha conhecimento prévio da campanha.

A pesquisa acadêmica produz conhecimento. É sua função precípua. Os pesquisadores não controlam as consequências desse conhecimento. No caso das armas de fogo buscaram dados sem uma política ou ideologia que os direcionasse. Um dos pesquisadores que participaram do Fórum foi treinador de tiro do Exército. Os resultados mostram que a mais armas em mãos de civis, mais mortes. Esses resultados contrariaram interesses econômicos da indústria e do comércio de armas que decidiram politizar o conhecimento produzido pelos pesquisadores. Com bots e/ou pessoas iniciaram uma campanha viral e virulenta. A análise dos textos dos comentários revela em que acreditam e o que querem que acreditemos.

---

<sup>i</sup> Ver <http://pensata.ig.com.br/index.php/2014/12/16/estatuto-do-desarmamento-que-bancada-da-bala-tenta-revogar-ajudou-a-salvar-121-mil-vidas/>

<sup>ii</sup> Ver em <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,estatuto-do-desarmamento-evita-121-mil-mortes-em-10-anos,1734537>

<sup>iii</sup> É um programinha simples, grátis, que não altera o registro do Windows, e que pode ser baixado de <http://neon.niederlandistik.fu-berlin.de/textstat/>.

<sup>iv</sup> 460 usos

## Referências

- ALMEIDA, Rodrigo de; GONÇALVES, Maria Carolina. Estatuto do Desarmamento que bancada da bala tenta revogar ajudou a salvar 121 mil vidas. *Pensata*, 2014. Disponível em: <<http://pensata.ig.com.br/index.php/2014/12/16/estatuto-do-desarmamento-que-bancada-da-bala-tenta-revogarajudou-a-salvar-121-mil-vidas/?allcomments#comments>>
- VILLELA, Daniela. Em 10 anos, Estatuto do Desarmamento evita 121 mil mortes no país. *Estadão*, 2015. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,estatuto-do-desarmamento-evita-121-mil-mortes-em-10-anos,1734537>>

OPINIÃO  
ÉDER RODRIGO GIMENES  
ENGAJAMENTO POLÍTICO: ASPECTOS TEÓRICOS E RENDIMENTOS EMPÍRICOS NA AMÉRICA  
LATINA

## ENGAJAMENTO POLÍTICO: ASPECTOS TEÓRICOS E RENDIMENTOS EMPÍRICOS NA AMÉRICA LATINA

Éder Rodrigo Gimenes  
*Universidade Federal do Paraná*  
✉ eder.mestrado@gmail.com

“Participação política na América Latina” é resultado da parceria estabelecida pelos pesquisadores Ednaldo Aparecido Ribeiro e Julian Borba desde a segunda metade da década passada, materializada em projetos de pesquisas financiados por órgãos de fomento, como o CNPq e a Fundação Araucária, e em mais de uma dezena de artigos publicados em expressivos periódicos nacionais e internacionais, nos quais trataram de questões relacionadas à participação política de modo geral e a aspectos específicos, como sua relação com o pós-materialismo.

Ribeiro é doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), docente do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM), além do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR, enquanto Borba é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e docente do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Atualmente, os pesquisadores analisam fenômenos derivados da temática da participação política, como a influência de traços de personalidade sobre o engajamento político e, após se debruçarem sobre o protesto e modalidades contestatórias, têm analisado formas tradicionais de envolvimento político, com

OPINIÃO  
ÉDER RODRIGO GIMENES  
ENGAJAMENTO POLÍTICO: ASPECTOS TEÓRICOS E RENDIMENTOS EMPÍRICOS NA AMÉRICA  
LATINA

ênfase ao comparecimento eleitoral e ao partidarismo, tendo sempre como objeto a América Latina.

Em se tratando da obra em questão, “Participação política na América Latina” apresenta um conjunto de resultados acerca da identificação de preditores do engajamento político no Brasil e na região, tendo como escopo a análise empírica de proposições oriundas da literatura internacional, cujo contexto de desenvolvimento em democracias consolidadas difere sobremaneira daquele latino-americano, caracterizado por jovens democracias, nas quais tal regime ainda encontra-se em processo de fortalecimento e consolidação.

No prefácio, Lucio Rennó (UnB) destaca a obra como valiosa contribuição ao estudo empírico sobre a democracia na América Latina e aponta que a obra “[...] se tornará referência obrigatória nos estudos de temas como cultura política, capital social, comportamento político e democracia” (RIBEIRO, BORBA, 2015, p.7).

Dividido em seis capítulos, o livro é composto, na visão deste resenhista, em duas partes. A primeira trata da discussão teórica acerca do conceito e de modelos de classificação relacionados à participação política, com abordagem desde estudos clássicos até aqueles contemporâneos. A segunda parte, entre os capítulos dois e cinco, expõe tratamentos empíricos da questão, permeados pelos constructos apresentados no capítulo inicial e hipóteses de trabalho amplamente expostas e analisadas. Tais eixos norteiam as seções desta resenha, havendo ainda no livro um capítulo de considerações finais, sobre o qual trato junto às minhas observações acerca da agenda de pesquisas na qual “Participação política na América Latina” se insere.

### **A participação política em perspectiva teórica**

Os autores iniciam a obra com uma discussão acerca da definição de participação política. Destacam o trabalho seminal de Milbrath (1965), que desenvolveu o modelo da centralidade, cuja afirmativa era de que os atores com

OPINIÃO  
ÉDER RODRIGO GIMENES  
ENGAJAMENTO POLÍTICO: ASPECTOS TEÓRICOS E RENDIMENTOS EMPÍRICOS NA AMÉRICA  
LATINA

características mais centrais nas estruturas sociais desenvolveriam atividades mais complexas. De acordo com tal modelo, a participação política seria um fenômeno unidimensional e as ações políticas seriam empreendidas em um *continuum* de ocorrência, conforme os custos de tempo e de complexidade envolvidos.

Na sequência, Ribeiro e Borba discorrem acerca de outras relevantes contribuições do que denominam estudos clássicos sobre o tema, quais sejam: o modelo da consciência de classe, de Pizzorno (1966), primeira abordagem da participação política como fenômeno multidimensional que entende o engajamento político dos indivíduos como produto da identidade política compartilhada junto aos seus pares na sociedade e se constitui como “uma das mais ambiciosas construções teóricas até hoje identificadas no âmbito de uma teoria da participação” (RIBEIRO, BORBA, 2015, p.19); os estudos de Verba e colaboradores, que propuseram a classificação das modalidades de participação a partir de elementos relacionados à influência sobre os líderes, o grau de conflito (VERBA, NIE, KIM, 1971; VERBA, NIE, 1972), a quantidade de iniciativa e de cooperação necessárias às ações e o alcance de seus resultados, se individuais ou coletivos; a interpretação das modalidades de participação como repertórios de ação política, acessadas pelos atores de acordo com suas demandas e o contexto em que operam, por Barnes e Kaase (1979), que foram também os primeiros a considerar o ativismo convencional e o contestatório de maneira relacionada; e, por fim, o modelo do voluntarismo cívico, de Verba, Schlozman e Brady (1995), que “pode ser considerado o maior esforço teórico e metodológico no âmbito da construção de uma teoria da participação política empiricamente orientada” (RIBEIRO, BORBA, 2015, p. 31) e trata de recursos ou atributos concernentes à participação política, como tempo, dinheiro e habilidades.

Além destes estudos, os autores apontam pesquisas mais recentes sobre tipologias de engajamento político, as quais se destacam mais por conta de sua inovação em termos metodológicos e de proposição de modelos alternativos do que

OPINIÃO  
ÉDER RODRIGO GIMENES  
ENGAJAMENTO POLÍTICO: ASPECTOS TEÓRICOS E RENDIMENTOS EMPÍRICOS NA AMÉRICA  
LATINA

por seus achados empíricos, nos casos de Sabucedo e Arce (1991), de Hafner-Fink (2009) e de Albacete (2009). Dentre as pesquisas recentes, se destacaria a tipologia estabelecida por Teorell, Torcal e Montero (2007), cujo amplo conjunto de modalidades de participação analisado permitiu a identificação de combinações entre canais de expressão e mecanismos de influência que representam, até o momento, “uma das mais sofisticadas construções metodológicas no campo da sociologia da participação” (RIBEIRO, BORBA, 2015, p. 37).

Ribeiro e Borba discorrem ainda sobre o protesto político, temática explorada no capítulo 4 da obra, que definem como “[...] uma ação coletiva de indivíduos descontentes que procuram atingir seus objetivos influenciando as decisões de outros atores políticos” (RIBEIRO, BORBA, 2015, p. 43). Não obstante, apresentam ainda perspectivas teóricas explicativas para tais modalidades de participação política, dentre as quais destaco a teoria da mobilização de recursos (McCARTHY, ZALD, 1977), a teoria do processo político (TARROW, 1999; McADAM, TARROW, TILLY, 2001), teoria da privação (GURR, 1970) e a teoria do desenvolvimento humano ou pós-materialismo (INGLEHART, 1990; INGLEHART, WELZEL, 2009).

### **Engajamento política na América Latina: rendimentos empíricos**

Os capítulos seguintes da obra são destinados ao diálogo entre as proposições teóricas elencadas no capítulo inicial e análises empíricas que tratam da multidimensionalidade da participação política no Brasil, da identificação de condicionantes individuais do engajamento convencional e não convencional na América Latina (mais especificamente para Argentina, Brasil, Chile e Uruguai), dos determinantes individuais de contexto sobre o protesto político para um conjunto de 18 países latino-americanos e dos preditores do envolvimento nas experiências de Orçamentos Participativos empreendidas em Porto Alegre (Brasil) e Montevideu (Uruguai).

Com base em dados da onda de 2006 do *World Values Survey* (WVS) para o

OPINIÃO  
ÉDER RODRIGO GIMENES  
ENGAJAMENTO POLÍTICO: ASPECTOS TEÓRICOS E RENDIMENTOS EMPÍRICOS NA AMÉRICA  
LATINA

Brasil, os autores buscaram classificar 12 modalidades de participação, entre tradicionais e contestatórias, por meio de uma análise fatorial, a qual retornou três fatores. O primeiro reúne instituições convencionais (partidos e sindicatos) e associações profissionais e ambientais, sendo esta última uma surpresa por conta de sua relação teórica com a perspectiva pós-materialista<sup>1</sup>. O segundo agrupamento, conciso e com cargas fatoriais expressivas, congrega participação em abaixo-assinados, boicotes e manifestações. Por fim, no terceiro fator foram agregados os envolvimento em igrejas e em associações de caridade e artísticas/musicais/culturais, com destaque à relação entre as duas primeiras, “uma vez que a caridade e o assistencialismo estão historicamente ligados a atividades religiosas em nosso país e na América Latina como um todo” (RIBEIRO, BORBA, 2015, p.58). Para além da abordagem exploratória, os autores empreenderam uma análise fatorial confirmatória, a qual reforçou a consistência dos fatores anteriormente identificados e a multidimensionalidade da participação no Brasil.

No terceiro capítulo, os autores se debruçam sobre o engajamento político com vistas à verificação da existência de convergência ou divergência de distintas modalidades. Para tanto, utilizaram dados do WVS de 2006 referentes a 11 formas de participação política, para as quais realizaram análises fatoriais aos moldes do capítulo anterior, porém considerando Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, selecionados por seus antecedentes de regimes autoritários, por seus contextos semelhantes de transições democráticas e por serem governados por coalizões de centro-esquerda que não colocaram em xeque as instituições democráticas representativas.

Dentre os resultados, os autores destacam os fatores que reúnem [a] a participação em sindicatos, em partidos políticos e em associações profissionais e ambientais e [b] em abaixo-assinados, boicotes e manifestações. Assim como para o Brasil, tais fatores foram também identificados para os outros três países e, para fins

---

<sup>1</sup> Associações esportivas/recreativas e de consumidores estariam potencialmente relacionadas a este fator, mas foram desconsideradas pela intensidade de suas cargas fatoriais.

OPINIÃO  
ÉDER RODRIGO GIMENES  
ENGAJAMENTO POLÍTICO: ASPECTOS TEÓRICOS E RENDIMENTOS EMPÍRICOS NA AMÉRICA  
LATINA

de testes multivariados com modelos de regressão, tomados como índices de participação convencional e não convencional, respectivamente. De modo geral, as regressões confirmaram a capacidade explicativa de variáveis de cultura política e do modelo da centralidade para os quatro países, ao passo que o pós-materialismo obteve capacidade preditiva sobre os índices apenas para Brasil e Chile e fatores relacionados às teorias da identidade e da escolha racional foram pouco relevantes. Ademais, os testes de regressão apontaram a convergência entre participação convencional e não convencional para brasileiros e argentinos.

Considerando que todas as abordagens teóricas destacadas no início da obra pressupõem a interação entre elementos de níveis micro e macro para a explicação da participação política, o quarto capítulo é dedicado à análise dos preditores do protesto político nestas duas dimensões. Para tanto, Ribeiro e Borba se valeram de dados do Latinobarômetro de 2005, do qual extraíram medidas de contestação para o conjunto de 18 países cobertos pela pesquisa<sup>2</sup>. Através de uma análise fatorial, verificaram a possibilidade de redução das variáveis a um índice de protesto político, composto por abaixo-assinados, manifestações autorizadas, saques, ocupações, protestos não autorizados e bloqueios de tráfego.

Por meio de um modelo hierárquico, os autores comprovaram inicialmente a relevância de fatores estruturais sobre o protesto, ressalvada a reduzida variância relacionada à capacidade explicativa de condicionantes contextuais conforme o modelo nulo. De modo geral, os resultados corroboram os modelos teóricos ao confirmar a importância dos recursos individuais e coletivos para a modalidade de participação analisada, com destaque às variáveis relacionadas aos constructos da centralidade social e da identidade. Ademais, “[...] o protesto político na América Latina é produto de contextos que oferecem maiores oportunidades (menores garantias de liberdade), com menores custos de entrada para os participantes (menos

---

<sup>2</sup> Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e República Dominicana.

OPINIÃO  
ÉDER RODRIGO GIMENES  
ENGAJAMENTO POLÍTICO: ASPECTOS TEÓRICOS E RENDIMENTOS EMPÍRICOS NA AMÉRICA  
LATINA

desigualdade econômica)” (RIBEIRO, BORBA, 2015, p.114).

Já o quinto capítulo se dedica a uma das modalidades de maior destaque dentre aquelas de participação institucionalizada nas últimas décadas, tanto no campo da política estatal quanto no meio acadêmico: o Orçamento Participativo (OP). Diante de pesquisas que apontaram para o envolvimento de indivíduos não centrais na estrutura social em tal modalidade (com menor renda e escolaridade, além de expressivo envolvimento feminino), os autores buscaram identificar as bases sociais, atitudinais e valorativas dos participantes de OPs nos municípios de Porto Alegre, no Brasil, e de Montevideu, no Uruguai. Para tanto, utilizaram o banco de dados decorrente do projeto de pesquisa “Capital social e desenvolvimento sustentável na construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida: um estudo comparado entre cidades do Brasil, Chile e Uruguai”, coordenado pelo professor Marcello Baquero, da UFRGS, ao longo do ano de 2005.

Com o uso de técnicas descritivas bivariadas e multivariadas, Ribeiro e Borba constataram que enquanto em Porto Alegre a participação no OP atingia níveis semelhantes àqueles de modalidades eleitorais, em Montevideu o envolvimento dos cidadãos era baixo, atingindo o penúltimo lugar numa lista de 13 formas de participação convencional e contestatória. Em se tratando de características sociodemográficas, sexo, idade, educação e renda familiar não explicariam o engajamento no OP na cidade brasileira, ao passo que apenas idade e escolaridade influenciariam tal envolvimento na capital uruguaia. Com a inserção de variáveis atitudinais e valorativas, destacaram-se o impacto do capital social e da identificação partidária com os partidos que conduziram a criação do OP em ambos os casos, além do pós-materialismo para Porto Alegre, em detrimento da confiança institucional, do sentimento de eficácia política e do acesso à informação política.

Especificamente sobre as duas variáveis significativas para Porto Alegre e Montevideu, destaco as considerações dos autores quanto à confirmação do

OPINIÃO  
ÉDER RODRIGO GIMENES  
ENGAJAMENTO POLÍTICO: ASPECTOS TEÓRICOS E RENDIMENTOS EMPÍRICOS NA AMÉRICA  
LATINA

pressuposto teórico de que indivíduos com maior envolvimento comunitário na resolução de problemas coletivos se engajariam também na modalidade institucional que permite intervenção mais direta de participação política sobre a ação do Estado, na primeira situação, e quanto à importância da identificação com o Partido dos Trabalhadores (PT – Brasil) e com a *Frente Amplio* (FA – Uruguai), especialmente por conta do impacto positivo sobre a resolução de problemas em Porto Alegre e da fraqueza das organizações comunitárias em Montevideu, com consequente predomínio da lógica partidária no OP, na segunda situação.

### **Uma agenda de pesquisa**

Concluída durante o período de protestos de junho de 2013, a obra aborda em suas considerações finais aspectos relacionados ao contexto político brasileiro daquele momento. Nesse sentido, para além das conclusões que apontam a confirmação da multidimensionalidade da participação política também no contexto brasileiro e latino-americano, os autores destacam a relevância da identificação de preditores do envolvimento em atividades contestatórias, tanto no que se refere ao papel dos recursos individuais quanto na forte relação entre tal engajamento e a adesão à democracia na região, o que afasta afirmações que relacionam a mobilização política como sinais de instabilidade democrática ou de crise no regime. Ademais, cabe destacar o estudo sobre o OP, no qual se destacou a relevância do capital social e da participação comunitária ao envolvimento na participação institucional, o que, segundo os autores, pode ser um caminho para a promoção da inclusão política da cidadania.

Diante de conjunto de resultados o livro se apresenta como adiantara Rennó em seu prefácio, numa importante contribuição aos estudos empíricos sobre a participação política no contexto de jovens democracias latino-americanas, especialmente por conta da amplitude de modalidades analisadas, da multiplicidade de

OPINIÃO  
ÉDER RODRIGO GIMENES  
ENGAJAMENTO POLÍTICO: ASPECTOS TEÓRICOS E RENDIMENTOS EMPÍRICOS NA AMÉRICA  
LATINA

técnicas estatísticas exploradas e da pluralidade de bancos de dados adotados, que demonstram a proficiência da agenda de pesquisas na região.

Nesse sentido, destaco avanços recentes dos autores sobre temáticas específicas, algumas desenvolvidas com colaboradores, como o mapeamento do protesto político em perspectiva longitudinal na América Latina (RIBEIRO, BORBA, 2015) e de determinantes individuais e de contexto do comparecimento eleitoral (RIBEIRO, BORBA, SILVA, 2015) e do partidarismo (BORBA, GIMENES, RIBEIRO, 2015) na região. Ademais, ainda no âmbito do trabalho com colaboradores, os autores também se debruçaram sobre os condicionantes atitudinais e cognitivos dos votos brancos e nulos (SILVA *et al*, 2014) e da influência da mobilização cognitiva sobre o partidarismo e de seus efeitos sobre comportamentos, valores e atitudes políticas entre os brasileiros (BORBA, GIMENES, RIBEIRO, 2015).

## Referências

- ALBACETE, Gema. Towards equivalent measures of political participation. *Workshop Methodological Challenges in Cross-National Participation Research*. The Hague, Netherlands: Cordis, 2009. Disponível em <[http://cinefogo.cuni.cz/index.php?&l=0&w=16&id\\_event=92](http://cinefogo.cuni.cz/index.php?&l=0&w=16&id_event=92)>. Acesso em 6 nov. 2010.
- BARNES, S.; KAASE, M. *Political action: mass participation in five western democracies*. Beverly Hills: Sage, 1979.
- BORBA, Julian.; GIMENES, Eder R.; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Os determinantes do ativismo partidário na América Latina. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, n.5, p.13-47, 2015.
- BORBA, Julian; GIMENES, Eder R.; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n.101, p.27-55, 2015.
- GURR, Ted Robert. *Why men rebel*. Princeton: Princeton University, 1970.
- HAFNER-FINK, M. Using cluster analysis to discover political participation typologies in a comparative context. *Workshop Methodological Challenges in Cross-National Participation Research*. The Hague, Netherlands: Cordis, 2009. Disponível em <[http://cinefogo.cuni.cz/index.php?&l=0&w=16&id\\_event=92](http://cinefogo.cuni.cz/index.php?&l=0&w=16&id_event=92)>. Acesso em 12 nov. 2010.
- INGLEHART, Ronald. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University, 1990.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Cornell. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University, 2001.
- McCARTHY, John; ZALD, Mayer. Resource mobilization and social movements. *American Journal of Sociology*, v. 82, p.1212-1214, 1977.
- MILBRATH, Lesler. *Political Participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand

OPINIÃO  
ÉDER RODRIGO GIMENES  
ENGAJAMENTO POLÍTICO: ASPECTOS TEÓRICOS E RENDIMENTOS EMPÍRICOS NA AMÉRICA  
LATINA

McNally, 1965.

PIZZORNO, Alessandro. *Condizioni della partecipazione politica. Le radici della politica assoluta*. Milano: Feltrinelli, p.85-128, 1966.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. *Participação política na América Latina*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Protesto político na América Latina: tendências recentes e determinantes individuais. *Opinião Pública*, v.21, n.1, p.188-216, 2015.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. SILVA Rafael da. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. *Revista de Sociologia e Política*, v.23, n.54, p.91-108, 2015.

SABUCEDO, José Manuel; ARCE, Constantino. Types of political participation: a multidimensional analysis. *European Journal of Political Research*, v.20, n.1, p.93-102, 1991.

SILVA, Rafael da; GIMENES, Éder Rodrigo; BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo. Votos brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. *Teoria & Pesquisa*, v. 23, n.2, p. 64-81, 2014.

TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University, 1999.

TEORELL, Jan.; TORCAL, Mariano; MONTERO, José Ramón. Political participation: mapping the terrain. In: VAN DETH, J. W.; MONTERO, J. R.; WESTHOLM, A. *Citizenship and involvement in European democracies: a comparative analysis*. London: Routledge, p. 334-357, 2007.

VERBA, Sidney; NIE, Norman. H. *Participation in America: political democracy and social equality*. New York: Harper & How, 1972.

VERBA, Sidney; NIE, Norman. H.; KIM, J. *Participation and political equality: a seven-nation comparison*. Chicago: University of Chicago, 1978.

VERBA, Sidney; NIE, Norman. H.; KIM, J. *The modes of democratic participation: a cross-national comparison*. Beverly Hills: Sage, 1971.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University, 1995.

## COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

**Bárbara Gabriela Santos de Sá** é graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é bolsista do Laboratório de Análise da Violência e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção.

**Carlos Frederico Pereira da Silva Gama** é mestre e doutor em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é professor de Relações Internacionais na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e pesquisador associado do *BRICS* Policy Center (do qual foi vice-coordenador e um dos fundadores).

**Deborah do Monte** é mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atualmente é doutoranda em Relações Internacionais pela mesma instituição. Desenvolve pesquisas sobre integração regional, regimes políticos, Poder Legislativo e política externa e capacidades estatais para a cooperação internacional.

**Éder Rodrigo** é mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e é doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é pesquisador dos grupos de pesquisa “Cultura Política, Comportamento e Democracia” (UEM), “Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais” (NPMS – UFSC) e do “Núcleo de Pesquisas em Participação Política” (NUPPOL – UEM).

**Fabiano Mielniczuk** é mestre e doutor em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi coordenador de pesquisa do Brics Policy Center (2011-2012), pesquisador visitante no Departamento de Ciência Política da Universidade do Hawaïi (2010). Atualmente é diretor da Audioplo: educação e relações internacionais (Porto Alegre).

**Gláucio Dillon Soares** é mestre em Direito na Tulane University e doutor em Sociologia pela Washington University in St. Louis, EUA. Atualmente é pesquisador sênior nacional do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ).

**Héctor Briceño** é professor e pesquisador chefe do Departamento de Sociologia Política do Centro de Estudos de Desenvolvimento da Universidade Central da Venezuela.

**Javier Urrea Cuéllar** é mestre em Estudos Políticos Aplicados pela Fundación Internacional para Iberoamérica de Administración y Políticas Públicas de España e doutorando em Governo e Administração Pública do Instituto Universitario Ortega y Gasset e da Universidad Complutense de Madrid e cientista político da Universidad Javeriana de Colombia.

**Larlecianne Piccolli** é mestre e doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Atualmente é pesquisadora associada do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE) e coordenadora dos cursos de Relações Internacionais e Ciência Política da Faculdade América Latina - Caxias do Sul.